



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

Maria Leidiane Tavares Freitas

**Constituição de autoria em narrativas de viajantes:
entre o sujeito e a designação**

**Fortaleza – CE
2010**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

Maria Leidiane Tavares Freitas

**Constituição de autoria em narrativas de viajantes:
entre o sujeito e a designação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, sob orientação da Prof^ª Dr^ª Sandra Maia Farias Vasconcelos, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

**Fortaleza – CE
2010**

Ficha Catalográfica elaborado por
Ericson Bezerra Viana - Bibliotecário - CRB -3/818
ericson@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas

F937c

Freitas, Maria Leidiane Tavares.

Constituição de autoria em narrativas de viajantes:
entre o sujeito e a designação / Maria Leidiane Tavares Freitas
. – 2010.

103 f. : il.; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará,
Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em
Linguística. Fortaleza(CE), 07/12/2010.

Orientação: Profª Drª Sandra Maia Farias Vasconcelos.
Inclui bibliografia.

1- ANÁLISE DO DISCURSO NARRATIVO. 2- AUTORIA. 3- LINGUÍSTICA.
I- Vasconcelos, Sandra Maria Farias. , orientador. II - Universidade Federal do Ceará.
III- Título.

CDD (22ª ed.) 401.410981

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Linguística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca de Humanidades da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho da dissertação é permitida, desde que feita de acordo com as normas científicas.

Maria Leidiane Tavares Freitas

Maria Leidiane Tavares Freitas

BANCA EXAMINADORA

Sandra

Prof^ª Dr^ª Sandra Maia Farias Vasconcelos (UFC)
(Orientadora)

Fábio

Prof. Dr. Fábio Perdigão Vasconcelos (UECE)
(1^ª Examinador)

Júlio

Prof. Dr. Júlio César Rosa de Araújo (UFC)
(2^º Examinador)

Prof^ª Dr^ª Lia Matos Brito de Albuquerque (UECE)
(Suplente)

Dissertação defendida e aprovada em 07 de dezembro de 2010.

À minha mãe, Maria Neide Tavares Freitas.
Sem ela, seria apenas impossibilidade.

Agradecimentos

À professora Sandra Maia Farias Vasconcelos, pela orientação valiosa, pela amizade irrestrita, por tornar os meus horizontes mais amplos, por acreditar e me impulsionar quando eu mesma já não acreditava.

Aos integrantes do Grupo de Estudos em Linguística e Discurso Autobiográfico (GELDA), especialmente a Camila Sousa, Glenda Miranda, Magno Gomes, Mikaelly Damasceno, Neurielli Cardoso e Sidney Mesquita, a nossa super-graduação, com quem encontrei, além de compromisso com o fazer científico, cumplicidade e carinho.

À Lorena da Silva Rodrigues, companheira de profissão e (des)caminhos acadêmicos, de quem muito me orgulho por chamar de amiga.

Ao professor Júlio César Rosa de Araújo, presença afetuosa, leitor generoso e atento, cuja contribuição para este trabalho, da qualificação do projeto à defesa, foi crucial.

Ao professor Fábio Perdigão Vasconcelos, por colocar essa pesquisa nos trilhos quando ainda não havia sequer um projeto, ao me fazer perceber a importância do aspecto da designação nas narrativas de viajantes, e por aceitar compor a banca examinadora.

À professora Lia Matos Brito de Albuquerque, pelas valiosíssimas observações feitas quando da qualificação do projeto de dissertação e por aceitar fazer a leitura deste trabalho novamente, quando da defesa.

Aos colegas de pós-graduação, aqueles que, no final das contas, mais sabem pelo que passamos, por estarmos todos no mesmo barco.

Às professoras Ana Célia Clementino Moura, Márcia Teixeira Nogueira, Maria do Socorro Silva de Aragão, Maria Elias Soares e Maria Izabel dos Santos Magalhães, com quem cursei disciplinas no Mestrado e tanto contribuíram para a minha formação.

Aos professores Paulo Mosânio Teixeira Duarte, Hebe Macedo de Carvalho e Mônica Magalhães Cavalcante, *ex corde*.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) e do Departamento de Letras Vernáculas (DLV), especialmente à Antônia, Eduardo e Rejane, pela gentileza, presteza e competência.

A Luciano Araújo e Isabel Brito, que me ofereceram, em tempos remotos – e é preciso nunca esquecer –, o incentivo para meu ingresso nas Letras e a oportunidade para minha inserção na pesquisa linguística.

À Karen Correa, doce Kalu, amiga-irmã sem a qual eu estaria irremediavelmente perdida.

E, por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento, fundamental para a dedicação a essa pesquisa.

“usque consumatio doloris legendi”
(Paulo Leminski)

RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar a constituição da autoria em narrativas de viajantes que estiveram no Brasil entre os séculos XVI a XIX. Entendendo a autoria como o trabalho que o sujeito empreende discursivamente, ao agenciar determinados recursos expressivos de modo a singularizar-se no interior de um determinado domínio – a partir das possibilidades que a formação discursiva oferece, demarcando um espaço de ação a despeito das coerções sócio-históricas a que está submetido (POSSENTI, 2002; BAPTISTA, 2005) –, foram eleitas, para a análise da autoria em narrativas de viajantes, três categorias que permitiram a operacionalização da pesquisa, quais sejam: a estrutura narrativa, as marcas linguísticas reveladoras do trabalho autoral e a memória discursiva. O percurso metodológico apresenta os critérios adotados para a seleção, organização e constituição do *corpus*, que culminou no estabelecimento de uma diacronia de narrativas, composta por um texto relativo a cada século do recorte temporal feito. A seguir, a exposição dos resultados demonstra que a autoria em narrativas de viajantes é constituída quando os narradores agenciam recursos linguísticos que evidenciam estruturas individuais e institucionais simultaneamente, pois, ao mesmo tempo em que identificam o narrador como autor do texto escrito, marcam uma autoria colateral e mediata na qual incide a presença da autoridade designadora. Tais recursos convergem para a produção de uma narrativa que se caracteriza, sobretudo, pelas expansões catalíticas e indiciárias (BARTHES, 2006), que, dada a posição histórico-ideológica dos sujeitos, resultam em descrições de caráter fortemente avaliativo. Por fim, a autoria nessas narrativas também se configura na construção de uma memória diacrônica sobre o Brasil, que faz recurso a discursos anteriormente produzidos, apresentando um processo de ressignificação, traduzido em gestos que individualizam o trabalho do sujeito na linguagem.

Palavras-chave: Autoria, narrativa, designação, singularidade, memória.

ABSTRACT

In this research we aim to analyze the building of authorship as a category in travelers' stories whom have been to Brazil between XVI and XIX centuries. Being authorship an effort the subject does discursively, organizing such expressive resources in the way to singularize himself in a certain domain – from the possibilities that discursive formation offers, by delimiting an action space despite social, historical coercions in which he is submitted (POSSENTI, 2002; BAPTISTA, 2005) –, there has been chosen for authorship analysis in travelers stories tree categories which allowed the research, namely: the story structure, the linguistics marks that revealed the authorship work and the discursive memory. The methodological path shows the criteria we used to selection, organization and constitution of a timeline for the stories, composed by one text related to each century from the time profile we did. Next, the results point that authorship in travelers stories is built when the narrator works with linguistic resources which evidence individual and institutional structures simultaneously, for they identify the storyteller as the written text author and they define a collateral and mediate authorship in which the presence of the designator authorship focus. Those resources converge to the production of a story that is characterized, mainly, for the expansions catalytic and indexing (BARTHES, 2006), which, being defined the subject's historical-ideological status, result in strongly evaluative character descriptions. Ultimately, the authorship in these stories is also configured in the construction of a diachronic memory about Brazil, which serves to discourses previously produced, showing a re-signification process, translated in gestures that individualize the work of the language subject.

Key-words: Authorship, story, designation, singularity, memory.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO PRIMEIRO: DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
1. Autoria: uma categoria moderna	19
2. Autoria: uma categoria discursiva	22
3. Estudos sobre autoria no Brasil: a teoria <i>mise en marche</i>	34
4. Autoria em narrativas de viajantes: especificidades	38
CAPÍTULO SEGUNDO: DO PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	41
1. Coleta, organização do material e constituição do <i>corpus</i>	42
2. A análise estrutural da narrativa: identificando as marcas e as intervenções	48
3. As sequências discursivas de referência: o domínio da memória	56
CAPÍTULO TERCEIRO: DOS RESULTADOS	59
1. Das <i>Cartas às Memórias</i> : viagem no tempo	65
2. As narrativas de viajantes e a autoria circunstancial	79
À GUIA DE CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS	89
ANEXO	94

Introdução

Odeio as viagens e os exploradores. E eis que me preparo para contar minhas expedições.

(Claude Lévi-Strauss)

Bernard Charlot (1997), ao tratar das dimensões centrais da relação que estabelecemos com o saber, define a **mobilização** como condição *sine qua non* para a realização de uma pesquisa. Mobilizar é pôr recursos em movimento, é reunir forças, para fazermos uso de nós mesmos como recurso. Nesse sentido, a mobilização é, ao mesmo tempo, um prelúdio da ação e seu primeiro momento, e essa qualidade dinâmica atualiza constantemente os trunfos dos quais dispomos em prol do nosso intento.

O impulso de mobilização tende a surgir diante de um incômodo, geralmente provocado pela impossibilidade de resoluções “aqui e agora”. O que dizer então da frustração gerada da aparente incapacidade de tecermos alguma compreensão acerca de um escrito, que deveria ser um romance, mas também tem feições de relato, ou seria uma sátira, ou, ainda, tão somente um exercício de estilo que cumpre o seu papel ao, com efeito, confundir? Essa foi a perplexidade provocada pelo *Catatau*¹, de Paulo

¹ Lançado em 1975, chamado por Paulo Leminski como “romance experimental”, levou nove anos para ser escrito e parte da ideia de que o filósofo René Descartes (que, no texto, tem seu nome latinizado para Renatus Cartesius), que em 1618 alistara-se ao exército de Maurício de Nassau, teria vindo ao Brasil junto à comitiva holandesa que colonizou Pernambuco de 1630 a 1644. Estupefato perante a exuberância da natureza dos trópicos, que, a todo o momento, o obrigava a ajustar as suas referências aos novos estímulos que se apresentavam, a narrativa produzida pelo personagem caracteriza-se pela ausência de

Leminski, do qual, para nós, num primeiro momento, foi discernível somente um René Descartes ficcional incapaz de conformar a realidade brasileira à justeza de seu pensamento. E a dúvida estava, então, instalada: como um estrangeiro vê o Brasil?

Mobilizamo-nos, então, para a busca de um problema linguístico que comungasse dessa inquietação. Da constituição discursiva da nacionalidade ao estudo da polifonia, muitas foram as vias percorridas até a percepção de que muitos viajantes, ao longo dos séculos, estiveram na mesma posição do Descartes leminskiano, tendo de escrever sobre uma terra recém descoberta, e só podendo fazê-lo a partir dos próprios signos e referências, ressignificando, inevitavelmente, os de outrem. *O que o trabalho desses sujeitos escritores poderia revelar sobre as representações de espaço e de nacionalidade de outrem? Que negociações esses escritores, em sua maioria alçados à condição de escritores pela obrigação de relatar aquilo que encontraram, fazem com as possibilidades da língua em face das condições de produção de seus enunciados?* Eis, enfim, as perguntas norteadoras que tornaram possível a feitura desse documento.

Concordamos com Possenti (2009, p. 96), ao tratar do estudo da autoria e da singularidade do sujeito frente à produção da escrita, quando afirma que o estudo dessas instâncias da produção discursiva coloca “em cena exatamente os acontecimentos e os agentes, por oposição às estruturas”. Assentindo com esse autor, colocamo-nos, sobretudo, em busca das micro-histórias, da busca por entender pequenos eventos que, inseridos na grande trama na qual se desenrola a história da humanidade, vão conferindo e reelaborando os sentidos. E é essa observação que nos permitiu perceber que tratamos, fundamentalmente, de mobilização. Daí surgirem questionamentos indutivos de síntese: o que conduz um indivíduo que não se identifica como um autor profissional ou poeta a escrever uma narrativa, a tornar-se agente de um acontecimento como a produção de um texto? O que – e de que forma – impulsionou a escrita desses viajantes?

Questões também extensíveis a nós, em última instância, na medida em que podemos nos perguntar sobre o que nos faz desejosos da escrita da presente dissertação, ou, ainda, o que provoca/promove a emergência do autor, também sujeito à coerção acadêmica de escrever um trabalho de conclusão de curso. O vislumbre das possibilidades que se abrem após a obtenção de um título de mestre e o desejo de

aparente conexão entre os aspectos e elementos que irrompem, de modo a demonstrar a confusão mental a que o “filósofo da razão” se encontrava.

prosseguir na vida acadêmica – às vezes pela crença da vocação, em outras, pelo *status quo* ou, ainda, pela simples constatação de que talvez seja um pouco tarde para tentar outros caminhos – podem ser apontados como fatores importantes, certamente. Não obstante a série de razões institucionais que conduzem ao nascimento do autor, existe um pouco mais.

Da mobilização que nos impulsiona quando nos deparamos com o desejo de satisfazer a curiosidade, de enfrentar a estranheza e de fazer correr a pena, cingir as palavras como as naus circunscreveram os territórios, alargando os limites a que estávamos conformados: é do que, de fato, este trabalho é feito.

As narrativas de viajantes vêm sendo, cada vez mais, fonte documental de extrema importância para várias áreas que têm interesse nos estudos sobre identidade e produção do discurso historiográfico, para ficarmos apenas em dois exemplos. Muitas disciplinas, cada uma com seu aparato metodológico particular, atribui respeitável estatuto teórico aos relatos desses homens e mulheres que, por curiosidade ou a negócios, ou ainda em missões oficiais, ou como praticantes de pirataria, conseguiram perceber, da posição de observador alerta e privilegiado, aspectos da realidade pouco observáveis aos moradores locais. Fornecendo representações de uma realidade captadas por um sujeito, tais narrativas são produções discursivas orientadas pelas concepções de mundo de uma época e é a partir dessa compreensão que tais textos tornam-se indicadores de elementos que podem enriquecer substancialmente pesquisas que têm interesse na compreensão dos processos pelos quais as identidades – pátrias ou individuais – são construídas.

De modo a localizarmos o nosso estudo nesse território tão amplamente explorado, buscamos conhecer o panorama do recente estado da arte sobre o tema.

França e Raminelli (2009) desenvolveram, como resultado mais destacado de projeto de pesquisa em curso no Departamento de História da Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, um catálogo, publicado sob o título *Andanças pelo Brasil colonial* (FRANÇA; RAMINELLI, 2009), que procurou elencar todas as narrativas de estrangeiros não-lusófonos que estiveram no Brasil entre 1503 e 1808. Afora uma nota introdutória que pontua aspectos que justificam a opção dos autores pelo corte temporal

apresentado e pela exclusão dos documentos produzidos por viajantes lusófonos, e dadas as limitações de um catálogo, os autores não desenvolvem nenhuma reflexão teórico-metodológica concernente à abordagem das narrativas de viajantes, limitando-se a apresentar notas breves sobre cada viagem e viajante, trechos das narrativas produzidas por eles, bem como imagens (mapas, esboços da paisagem), além de indicações bibliográficas de edições recentes dos textos. Trata-se, portanto, de obra de grande valor informativo, da qual partimos para proceder à coleta dos textos que constituiriam, mais tarde, o nosso *corpus* (cf. Capítulo Segundo desta dissertação).

Pesquisadores como Modernell (2009), Camilo (2008), Coelho (2007), Torrão Filho (2008), Gazzola (2008), Gonçalves (2005) e Schneider (2005) abriram veredas importantes, ao tratar nas narrativas de viajantes como documentos importantes para a compreensão de diferentes aspectos sócio-culturais do Brasil colonial, mas, no tocante às especificidades do estudo linguístico, a produção ainda não é tão fecunda.

Nesse sentido, o trabalho de Montez (2009; 2008), realizado no Departamento de Letras Anglo-Germânicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos fornece uma importante direção, ao defender que os relatos dos viajantes devem ser percebidos como ações discursivas que, tendo sido concebidos, postos em circulação e absorvidos em determinados contextos históricos, propiciam leituras do Brasil que vão além das informações históricas e ultrapassam o momento cronológico de sua produção permeando os discursos historiográficos ulteriores. Mas o que esse pesquisador denomina exatamente como “ação discursiva”? Como essa ultrapassagem de sentidos é feita pelos sujeitos-narradores? Entendendo que o sujeito-narrador se expressa a partir de um lugar social, promovendo uma série de operações para singularizar-se através de seu discurso ao mesmo tempo em que acessa uma memória existente sobre o campo no qual está inserido, pretendemos compreender a dinâmica existente entre essas dimensões, filiando-nos ao que Montez propõe, e também promovendo um recorte mais específico no universo das categorias que este autor sugere.

Consideramos, então, que nossa pesquisa se justifica a partir da urgência de se ter uma compreensão diacrônica da importância da escrita na construção de imagens de identidade nacional, na necessidade da produção de um documento que trate sobre o conceito diacrônico de memória como integrador de uma identidade linguística e, sobretudo, na compreensão desse processo de construção identitária em uma perspectiva

de hetero-observação, ou seja, da *produção escrita na qual um sujeito descreve outrem, revelando, a partir do trabalho que empreende na enunciação, traços da sua própria ideologia e identidade e de sua relação com o ato de escrever.*

Isto posto, estabelecemos o seguinte objetivo norteador para o nosso trabalho:

- Analisar a constituição da autoria em narrativas de viajantes que estiveram no Brasil entre os séculos XVI e XIX.

Partindo da hipótese de que a autoria, nas narrativas de viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil no período colonial, se deixa entrever pelas relações entre texto e lugar histórico do sujeito, e que essas relações tanto revelam marcas autorais impressas em escolhas linguísticas, como também sinalizam para o trabalho do autor sobre a linguagem – trabalho este que é diretamente afetado pelas posições assumidas pelo sujeito-autor no campo discursivo –, elegemos três categorias sobre as quais a nossa investigação será fundada: a estrutura narrativa, as marcas linguísticas e a memória discursiva.

A análise da estruturação narrativa se faz necessária em nosso estudo a partir da admissão de que a narrativa é um lugar privilegiado para a assunção da autoria, quando o sujeito-narrador efetua movimentos de retroação e avanços na tessitura do texto, denunciando um trabalho sobre o processo de enunciação, com o fito de causar no leitor/ouvinte determinada expectativa, por meio do uso de conectivos e/ou inserções de anúncios sutis do que vai acontecer na sequência. Aliada à identificação dos marcadores linguísticos que evidenciam essa diligência do sujeito sobre o enunciado – e a análise da estruturação narrativa também nos permite a investigação dessas marcas, bem como a compreensão da natureza dessas marcas –, a análise estrutural da narrativa fornece os subsídios necessários para perceber como a narrativa é praticada pelos viajantes, capturando na materialidade do texto a intervenção desses sujeitos em seu próprio discurso. Maia-Vasconcelos (2003), ao tratar da narrativa como um espaço no qual tecemos uma ecografia, constituída de ecos sobre a nossa própria escrita e nossa própria história, reforça a importância dessa investigação para o entendimento da assunção da autoria.

O estudo da construção da memória discursiva que essas narrativas configuram ao longo dos séculos, por sua vez, se faz necessário, visto que o recurso a discursos

anteriormente produzidos apresenta um processo de re-significação, traduzido em gestos que individualizam o trabalho do sujeito na linguagem. Pierre Nora (1993; In: DOSSE, 1999), trata dos lugares da memória tanto como marcadores topográficos dos vestígios do passado, quanto como formas simbólicas de identificação coletiva. De um lado, temos uma realidade tangível e apreensível, às vezes, material, às vezes, nem tanto, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição. De outro, uma realidade puramente simbólica. Ambas podem ser profundamente reavaliadas quando das metamorfoses da consciência coletiva que são tecidas nas tramas das interpretações às quais são submetidas.

É por esse motivo que não se trata de dizer simplesmente que todos os narradores posteriores a Pero Vaz de Caminha utilizaram as imagens que o escrivão produziu sobre as terras brasileiras para escrever as suas próprias narrativas, mas da constatação de que, com o passar dos séculos e o correr das penas, um conhecimento sobre esse território foi sendo sedimentado, difundido e constantemente atualizado, na medida em que novas narrativas sobre o Brasil foram escritas, novos sentidos foram se configurando a partir dos *já-ditos* a que os novos narradores recorreram quando de suas escrituras. Deixamos claro, no entanto, que os limites desse trabalho não dão conta de abarcar uma investigação mais profunda a esse respeito, e que esse aspecto da memória instaurada e ecoada na diacronia de textos será tão somente mais um suporte de que iremos nos valer para caracterizar a constituição da autoria.

Assim, para tornar operativo o nosso objetivo de cunho mais geral, estabelecemos, a partir da eleição das categorias acima – e sumariamente – descritas, objetivos mais específicos, que orientarão as nossas opções metodológicas. Quais sejam:

- a) Analisar os escritos de viajantes sobre o Brasil dos séculos XVI a XIX no que tange à sua estruturação narrativa.
- b) Analisar a natureza dos marcadores linguísticos indicativos de autoria nas narrativas de viajantes estrangeiros sobre o Brasil dos séculos XVI a XIX.
- c) Analisar a construção de uma memória sobre o Brasil nas narrativas de viajantes dos séculos XVI a XIX.

Tais objetivos geraram os problemas e hipóteses abaixo relacionados, completando, desse modo, o quadro de orientações básicas que seguimos para a realização da pesquisa:

- a) De que modo são estruturadas as narrativas de viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil dos séculos XVI a XIX?

Hipótese: Fugindo à estrutura narrativa clássica, não se percebe de forma clara e necessária a existência de um conflito nas narrativas dos viajantes; trata-se antes de uma descrição avaliativa na qual são levados em conta os elementos de paisagem humana e espacial dos lugares visitados.

- b) Qual a natureza dos elementos linguísticos que podem ser identificados como marcadores de autoria nas narrativas de viajantes dos séculos XVI a XIX?

Hipótese: Os elementos linguísticos identificados como marcadores de autoria nos textos em estudo são referentes a estruturas individuais e institucionais simultaneamente. Ao mesmo tempo em que identificam o narrador como autor do texto escrito, marcam uma autoria colateral e mediata na qual incide a presença da autoridade designadora.

- c) Como se dá a construção da memória diacrônica sobre o Brasil nas narrativas de viajantes dos séculos XVI a XIX?

Hipótese: A memória diacrônica sobre o Brasil é construída tendo como foco o discurso histórico dos viajantes e a memória subjetiva do lugar, dada a conhecer pelos *já-ditos*, com os quais o sujeito-autor negocia quando do momento de sua própria escritura.

Nos capítulos sucedâneos, apresentaremos todas as articulações teóricas, reflexões feitas e os resultados alcançados pela pesquisa, procurando demonstrar mais fortemente as escolhas que fizemos ao longo do percurso, decorrências das tomadas de posição a que as derivas do objeto nos conduziram na busca pelo cumprimento dos

objetivos há pouco relacionados. Eis, então, a apresentação das partes constitutivas dessa dissertação:

a) uma primeira seção, composta pelo capítulo que dedicamos à fundamentação teórica, no qual realizamos um ligeiro apanhado sobre a historicidade do conceito de autor, seguido da apresentação das teorizações de Foucault (2009a; 2009b; 2009c; 1997), Barthes (2004) e Bakhtin (2006) sobre autoria, escolha que assinala para a nossa intenção de não perder de vista o viés discursivo que caracteriza essa noção. Procedemos ainda a uma apresentação dos estudos sobre autoria que vêm sendo realizados no Brasil, cujas feições apontam, fundamentalmente, para a implementação de estratégias metodológicas que sejam capazes de colocar as teorias sobre autoria em “funcionamento”, seja a partir da filiação com paradigmas de investigação como o indiciário (POSSENTI, 2002; 2006; BARROS, 2003; BAPTISTA, 2005), seja em conjunção com procedimentos voltados para o letramento e o exercício da produção falada e escrita de crianças, jovens e adultos (TFOUNI, 2008; TFOUNI; PEREIRA, 2005; ASSOLINI; TFOUNI, 2006/2007) ou, ainda, para o estudo de gêneros textuais (ALVES FILHO, 2006). Essa revisão tem como objetivo o delineamento de uma noção de autoria que pudesse descrever a constituição da autoria em narrativas de viajantes, contemplando, com efeito, os objetivos estabelecidos para esse estudo.

b) uma segunda seção, na qual explicitamos todos os caminhos teórico-metodológicos que percorremos para realizar esta pesquisa. Iniciamos pela descrição dos procedimentos de coleta e organização do material, evidenciando os critérios para a escolha dos textos que constituíram a configuração final do *corpus* e para a eleição das categorias de análise. Apresentamos também os procedimentos eleitos de modo a tornar operativos os objetivos específicos que estabelecemos. Desse modo, dedicamos uma subseção à apresentação da análise estrutural da narrativa de inspiração barthesiana (BARTHES, 2008), cuja importância para a nossa pesquisa já foi assinalada, no tocante à necessidade de analisar as retomadas e acelerações que o sujeito promove no fluxo da narração, o que demonstra as suas escolhas, escolhas estas que são uma necessidade estrutural, em relação à multiplicidade de recursos de expressão disponíveis, o que denuncia a sua inscrição histórica, suas amarras ideológicas, uma vez que estas escolhas de estruturação narrativa – bem com de outras estratégias e marcas de autoria verificáveis a partir dessa organização da narrativa – são dotadas de um peso em relação ao que foi preterido como tática linguística, decorrente da heterogeneidade da língua.

Ainda nesse capítulo, para a análise da dimensão da memória, apresentamos as reflexões de Courtine (1981) sobre as *sequências discursivas de referência*, que, para esse autor, são elaborações teóricas das quais o analista do discurso não pode prescindir quando pretende flagrar a escrita da memória que se presentifica em cada discurso que emerge.

c) uma terceira seção, na qual descrevemos os resultados a que chegamos a partir da análise dos textos selecionados à luz da noção de autoria delineada na primeira parte e dos procedimentos descritos na segunda. Também lançamos mão, nesse capítulo, de informações de cunho histórico-descritivista, com as quais procuramos dar conta das condições de produção que possibilitaram a emergência das narrativas que elegemos para o nosso *corpus*². Algumas das questões que procuramos responder, com o objetivo de situar, e então, apresentar a tessitura contextual que permitiu a emergência dos textos de nosso *corpus*: quem eram esses sujeitos autores? Como foram cooptados a produzir essas narrativas? Qual o objetivo dessa escrita? Sob quais pressões ideológicas elaboraram seus textos? A quem esses textos se dirigiam? Que momento sócio-cultural-histórico vivenciavam? Em que condições se deu a circulação desses textos? Quais as suas repercussões?

d) uma última seção, na qual fazemos uma síntese do trabalho, elencando as descobertas feitas, indicando quais hipóteses foram ou não confirmadas, quais perguntas de pesquisa permaneceram sem resposta ou tiveram o seu alcance extrapolado, e, por fim, mas não menos importante, quais questionamentos surgiram, porém não puderam ser respondidos dada a limitação espacial dos contornos de uma dissertação, apontando para pesquisas futuras, uma vez que uma das facetas do fazer científico é esse constante vislumbre do devir.

² Inicialmente, cogitamos a feitura de um capítulo exclusivamente dedicado a essa contextualização histórica, ideia abandonada à medida que verificamos a estreita relação entre os aspectos que nos propusemos a analisar com o contexto histórico-social no qual os sujeitos-autores das narrativas em cena estavam inseridos. Desse modo, aglutinamos os dois capítulos, em prol de conferir mais estofo às análises que fizemos.

Capítulo Primeiro: Da Fundamentação Teórica

Estamos condenados ao pensamento inseguro, a um pensamento crivado de buracos, um pensamento que não tem nenhum fundamento absoluto de certeza. Mas somos capazes de pensar mesmo nestas condições dramáticas.

(Edgar Morin)

Neste capítulo procederemos à revisão de alguns conceitos de autoria que orientarão a nossa reflexão sobre a constituição dessa categoria nas narrativas de viajantes. Não nos pretendemos exaustivos, portanto, uma vez que o nosso objetivo é fundamentalmente delinear uma definição que seja aplicável em face dos objetivos estabelecidos para esse estudo.

1. Autoria: uma categoria moderna

Para compreendermos o advento histórico do autor, precisamos levar em conta a atmosfera que caracterizou a fissura das instituições medievais e a consequente assunção da modernidade. Trata-se de um cenário em que se travaram grandes batalhas, em diversas frentes: a profunda crise religiosa traduzida no enfrentamento da Reforma com a Contra-Reforma; a expansão do espaço graças às viagens e conquistas que incluíram um novo continente, tanto físico – a América – quanto intelectual – a sabedoria árabe; a transformação da vida cidadina, com a ascensão da burguesia e o desenvolvimento do comércio, bem como a mudança dos valores e das práticas sociais advindas dessa nova ordenação social; além de tudo isso, verificou-se também a expansão das possibilidades de conhecimento graças à ação da imprensa.

Sem a pretensão de darmos conta das múltiplas problemáticas da época, mesmo porque não é esse nosso objeto de estudo, trazemos brevemente a reflexão de Najmanovich (2003) sobre a queda do sistema aristotélico-tomista, que se constituía na cosmovisão pela qual se explicava e experimentava o mundo, elemento que tangencia nossa temática. Se, para nós, a astronomia é tão somente um saber técnico, que nada tem a ver com a vida humana, seus revezes, volições ou destino, na época de Galileu, Descartes e Newton “a transformação da cosmologia produziu uma ferida no coração do sistema que organizava o mundo e a experiência humana” (NAJMANOVICH, *op. cit.*, p. 26) e deu lugar ao nascimento da ciência dentro da concepção aproximada do que vemos em nossos dias.

Uma vez deposta a antiga crença no geocentrismo, e esta deposição tomada como a elegia para um novo modo de pensar a existência e o conhecimento, destituído da crença no caráter inequívoco do divino, vemos toda uma sociedade ambicionar uma auto-constituição em *página em branco* com relação ao passado (CERTEAU, 1994), para escrever a si mesma e refazer a história partindo da edificação de uma racionalidade sobre outros alicerces, já que o legado cultural constituído até ali não era mais confiável. O escrever converte-se, então, em “prática mítica moderna” (CERTEAU, *op. cit.*, p. 227), ao passo em que a voz do texto sagrado não pode ser mais ouvida, na medida em que ela foi alterada nos avatares da história e perdeu sua capacidade de atravessar as eras, vez que a cientificidade ganha espaço no modernismo. A sociedade moderna inaugura a necessidade de uma construção identitária que se faz pela produção, pelo trabalho, pelo fracionamento do dizer verificado na existência de cada discurso particular, feito da urgência do sujeito em palmilhar um lugar, uma maneira própria de lidar com a língua, com o escrito, com o ato de enunciar.

Sobre a relação entre o estabelecimento de uma nova forma de usar a linguagem, a modernidade e o nascimento do sujeito, que deixa de ser um reproduzidor de uma palavra, vendo-se diante da necessidade de produzir, Baptista (2005) elucida:

[...] a singularidade assume relevância para pensarmos a questão da autoria ou, mais exatamente, uma dada noção de autoria que não aquela relacionada, por exemplo, com a dos modelos retóricos da tradição ou com a noção de engenhosidade. De modo análogo, uma certa categorização do indivíduo como autor, proprietário do texto (e do seu dizer), entendido como aquele a quem a quem se atribui um nome: um autor. (BAPTISTA, 2005, p. 34)

As narrativas de viagem relativas aos descobrimentos foram, indubitavelmente, e em consonância com os novos entendimentos forjados com o advento da modernidade, portadoras de considerável ruptura com a tradição dos relatos medievais, eivados de maravilhas e imprecisões. Tal ruptura está profundamente relacionada com as clivagens sociais da época, identificadas, dentre os fatores que já citamos, no fracionamento da cristandade – o colapso das instituições monásticas e da escolástica e a subsequente Reforma Religiosa –, na constituição de uma nova epistemologia para a razão – o racionalismo cartesiano – e na expansão dos domínios europeus através dos processos mercantilistas de busca de novos territórios fornecedores de matérias-primas – e que se constituiriam, mais tarde, novos mercados consumidores.

A partir do século XVI, as narrativas de viajantes assumiram a tarefa utilitária de registrar os novos espaços físicos e sociais com que se deparavam os exploradores. A cultura mítica, mágica e oral da Idade Média cedia espaço a uma domesticação do pensamento através da prática da escrita, valorizada no rigor que cada vez mais caracterizava a descrição dos lugares descobertos. A escrita tornava-se instrumento de compreensão e representação da realidade, e a repetição, através da imprensa, do conhecimento e da visão que os cronistas elaboravam sobre a alteridade com a qual tomavam contato, ia forjando uma nova identidade do homem ocidental, *pari passu* à constituição de um repertório subjetivo de imagens sobre esse outro, o Novo Mundo. Além disso, da sistematização discursiva da relação do estrangeiro com as novas terras surgia um conhecimento que informava e realimentava as metrópoles nos seus propósitos expansionistas e imperiais.

No momento em que a escrita passa a ser o corolário das transformações pelas quais o mundo passava, com o estabelecimento da sociedade burguesa, a noção de autor passa a ser associada à instauração de um sistema de propriedade dos textos. As relações entre autores e editores e questões relativas aos direitos de reprodução surgiram quando dessa integração do autor a um sistema de propriedade característico da sociedade moderna. Foucault, em *O que é um autor?* (2009b), pontua essa dinâmica:

A noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também, e na das ciências. Mesmo hoje, quando se faz a história de um conceito, de um gênero literário ou de um tipo de filosofia, creio que tais unidades continuam a ser consideradas como recortes relativamente fracos, secundários e sobrepostos em relação à unidade primeira, sólida e fundamental, que é a do autor e da obra. (FOUCAULT, 2009b, p. 33)

Os textos, então, passaram a ter autores quando se tornaram transgressores, de modo que a responsabilidade sobre eles precisava ser atribuída a um indivíduo – ou a um grupo de indivíduos, como no caso específico da Enciclopédia –, pois alguém precisaria ser punido pela existência desses textos. De forma ilustrativa poderíamos lembrar aqui as célebres Cartas Chilenas, do século XVIII, de autoria de Critilo e atribuídas somente bem mais tarde a Tomás Antônio Gonzaga.

A identidade do autor esteve ligada, portanto, à censura e à interdição dos textos tidos como subversivos pelas autoridades religiosas ou políticas, criando-se a propriedade de autoria visando ao controle e exatidão. Chartier (1994), discutindo o mundo do texto impresso e do texto eletrônico, desde o século XIV até o XX, também percorre historicamente os determinantes da função-autor, seguindo o pensamento de Foucault. De acordo com Chartier (1994, p. 36), “os textos do início da era moderna, por transgredirem a ortodoxia política ou religiosa, eram censurados e perseguidos. Para identificar e condenar aqueles que eram seus responsáveis, era necessário designá-los como autores”.

E é nesse momento também que a preocupação com fenômenos como o plágio passa a existir, elemento que, no entanto, não será discutido neste estudo. A imprensa teve um papel importante na atribuição de valor ao trabalho intelectual individual, por seu caráter escrito, em oposição ao conhecimento repassado de forma oral, de sorte que era coletivizado.

Uma vez pontuadas algumas das implicações históricas da noção de autoria – cujo alongamento poderia nos desviar demasiadamente de nosso objetivo –, passaremos agora à exposição da compreensão que a Análise do Discurso tem sobre essa categoria, para, conseqüentemente, delimitar a noção que adotaremos em nosso estudo.

2. Autoria: uma categoria discursiva

A autoria, definida então como a relação do sujeito com a necessidade de constituir e apoderar-se de um espaço no qual deve se colocar como produtor da escritura, só pode ser compreendida a contento em consonância com o entendimento das noções de enunciado, formação discursiva e interdiscurso.

Foucault (2009a) assevera que os enunciados não constituem uma unidade, pois são uma existência que nem a língua nem o sentido podem esgotar. Um enunciado está ligado a um referencial que não é constituído de “coisas” ou “fatos”, mas por regras de possibilidade de existência para os objetos que são nomeados, descritos, historicizados a partir do momento em que irrompem enunciados sobre eles. Diz o autor:

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade (FOUCAULT, 2009a, p. 114-115).

O enunciado também mantém uma relação determinada com um sujeito. Uma vez que o sujeito é historicamente determinado, o sujeito do enunciado é uma “função vazia”, que pode ser exercida por qualquer indivíduo. Um único indivíduo também pode ocupar diferentes posições em um encadeamento de enunciados. Enfim, para Foucault (1972), descrever um enunciado é, antes de tudo, determinar que posição um indivíduo pode e deve ocupar para ser o seu sujeito.

Para Foucault, portanto, descrever um enunciado é, sobretudo, definir que posição um indivíduo pode e deve ocupar para ser o seu sujeito. A autoria, como veremos mais adiante, é uma dessas funções.

Um enunciado não existe por si só, ele está sempre em correlação e em conexão com outros enunciados. Não existe enunciado neutro e independente já que ele sempre faz parte de um conjunto de enunciados, apoiando-se e distinguindo-se deles. Foucault (2009a) afirma que o enunciado sempre se realiza através de uma espessura material, mesmo quando esta está dissimulada ou condenada a desaparecer. O autor reitera que a materialidade é constitutiva do próprio enunciado, pois este precisa de um suporte, um lugar, uma data, de uma substância para existir. Mais ainda, a identidade dos enunciados está diretamente ligada ao conjunto de condições e limites que lhe são impostos por outros enunciados. Sobre isso, diz o autor:

[...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros

enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui (FOUCAULT, 2009a, p. 31).

É preciso, portanto, para descrever um enunciado, identificar a Formação Discursiva (*doravante* FD) que o regula (FOUCAULT, 2009a). Uma FD delimita o que pode ser dito a partir de um lugar social, contém aquilo que é possível e também aquilo que não é possível ser dito nos discursos dos sujeitos que nela estão inseridos. É marcada por regularidades e regras de formação, que são mecanismos de controle que determinam, com efeito, o que pertence e o que não pertence a ela.

A FD é também um espaço atravessado por outras FDs, de modo que Foucault a entende como uma dispersão, como elementos que não são ligados entre si por uma noção de unidade, pelo contrário: a heterogeneidade é marca constitutiva de uma FD. Caberia ao analista do discurso descrever esta dispersão, estabelecendo, dessa maneira, as regras de formação de cada FD, ou seja, estabelecendo as condições de existência de um dado campo discursivo.

Mas é preciso observar que os discursos que atravessam uma FD não são constituídos independentemente uns dos outros, para serem postos em relação logo em seguida (MUSSALIM, 2001). A identidade de um discurso não pode ser dissociada de sua emergência e de sua permanência – pela constante atualização dos já-ditos – dentro do conjunto estruturado das formações discursivas, já que não podem ser entendidas como espaços autônomos, por serem mais um espaço de troca do que uma formulação fechada.

Orlandi (2004) afirma, então, que as formações discursivas podem ser consideradas como “compartimentos” do interdiscurso, especificidades que são observáveis a partir de determinadas relações a que o analista lança suas luzes, já que todos os dizeres são virtualmente interrelacionáveis e é nas conexões particulares, contingentes às configurações e reconfigurações da tessitura dos discursos que podemos atribuir sentido ao que é enunciado. Maingueneau, a favor desse entendimento, argumenta que

a enunciação não se desenvolve sobre a linha de uma intenção fechada; ela é de parte a parte atravessada pelas múltiplas formas de retomadas de fala, já ocorridas ou virtuais, pela ameaça de escorregar naquilo que não se deve jamais dizer (MAINGUENEAU, 1997, p. 26 *apud* CHAREAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 287).

Assim, o interdiscurso, além de estabelecer as interdições, também estabelece um espaço no qual as relações entre os discursos que atravessam as FDs não são simétricas, menos ainda transparentes, e são atravessados pela memória que essas relações vão constituindo. A respeito da memória, Pêcheux diz:

[...] não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricas e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularizações [...]. Um espaço de desdobramentos (PÊCHEUX, 1999, p. 56).

Se as FDs, o interdiscurso e a memória são entendidos como uma dispersão, já que não são formados por elementos que se conectam por um princípio de unidade, não podemos também entender o sujeito como uma unidade. Os discursos, no entanto, apresentam-se revestidos de uma imagem de completude e coerência, e é a figura do autor que aparece como promotora dessa aparente coesão, como uma das ordens reguladoras do discurso. Nascimento (2007) ressalta que a autoria, para a AD, interessa então na medida em que se apresenta como um processo de formação dos discursos, que exige uma visível unidade do sujeito, em detrimento da descontinuidade e heterogeneidade do discurso, mediada pela condição de que o texto é inserido em um conjunto de regras que lhe conferem uma aparência de homogeneidade, ao nível das representações (ORLANDI, 2001).

O enunciado também mantém uma relação determinada com um sujeito. Este sujeito de forma nenhuma se confunde com um sujeito gramatical. Por exemplo, Foucault lembra que um enunciado possui sujeito mesmo quando não está escrito em primeira pessoa. Foucault afirma que não há signos sem alguém para proferi-los ou, de alguma forma, sem qualquer coisa como um elemento emissor. O autor explica que é necessário haver uma instância produtora para que um sistema de signos possa existir.

Para Foucault (2009b), então, a noção de autor – e de autoria – é engendrada na medida em que é associada à fundação de uma discursividade e a certas condições que dão suporte à existência, circulação e recepção social dos discursos. Está provida, então, de uma funcionalidade, já que a reunião de determinados textos em torno de determinado nome de autor manifesta a organização de um conjunto de discursos, exprimindo seus modos de ser ou, ao menos, caracterizando-os.

Embora demonstre preocupação com a individualização do autor em nossa cultura, bem como com o estatuto que lhe é atribuído, Foucault deixa essa questão de lado, e passa a conferir especial relevo à relação do texto com o autor, à maneira pela qual o texto refere essa figura “que lhe é anterior e exterior, pelo menos em aparência” (FOUCAULT, 2009b, p. 34).

Sendo o sujeito uma construção do discurso, na medida em que ocupa funções e posições que demarcam tomadas na enunciação, o autor é nada menos que uma função que o sujeito pode ocupar. A função-autor asseguraria uma classificação dos discursos, reunindo certo número de textos – estabelecendo entre eles uma relação de filiação, de homogeneidade –, delimitando-os, selecionando-os e os opondo a outros agrupamentos de textos. Sobre isso, Foucault defende que:

[...] o nome do autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, ter um nome de autor, o fato de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor”, indica que esse discurso não é um discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto. (FOUCAULT, 2009b, p. 45)

Há, portanto, discursos que circulam sem que se possa atribuir um autor a eles: conversas, decretos e contratos que necessitam de quem os assinem, mas não de autores. Bilhetes e cartas privadas certamente têm um signatário, mas não um autor. Orlandi (1996) estende essa noção de autoria de Foucault, argumentando que a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio da autoria. Desse modo, é atribuído um alcance maior e que especifica o princípio da autoria como necessário para qualquer discurso, colocando-o na origem da textualidade. O princípio do autor limitaria o aparente acaso do discurso, pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade (FOUCAULT, 2009b).

Reafirmando a ideia de que a autoria é uma das funções do sujeito, em sua perspectiva ativa, uma vez que, ainda que limitado pelo que a FD determina, pode atuar na produção de seu texto, contrariando, portanto, a visão de sujeito assujeitado, podemos nos reportar ainda, seguindo a esteira de Orlandi (2001), ao esquema das funções enunciativas do sujeito propostas por Ducrot (1988), somando-lhes a função-autor, estabelecendo uma ordem hierárquica em direção ao social, quais sejam locutor,

enunciador e autor – sendo a última a mais determinada pela exterioridade, na medida em que é mais submetida às coerções e às regras das instituições sociais, pois

é do autor que se exige: coerência, respeito às normas estabelecidas, explicitação, clareza, conhecimento das regras textuais, originalidade, relevância e, entre outras coisas, unidade, não-contradição, progressão e duração de seu discurso, ou melhor, de seu texto (ORLANDI, 2001, p. 75-76).

Ser autor, nesse sentido, é ter como característica mais importante a responsabilidade sobre o que se diz. Orlandi (2001) contrapõe Foucault (2000), relacionando o princípio de autoria de forma geral. Para esta autora, o texto pode não ter autor específico, mas sempre se atribui autoria a ele. Orlandi assume a noção de autoria como função enunciativa do sujeito, ou seja, para ela, é a partir dos enunciados que se podem identificar as diferentes posições exercidas pelo sujeito no discurso. Também para Orlandi (2001, p. 73), “[...] o autor é o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel na ordem em que está inscrito, na posição em que se constitui, assumindo a responsabilidade pelo que diz, como diz, etc”. Creditamos nesse ponto a autoria do escritor, vez que ele faz emergir no texto as realidades presenciadas e confirmadas por sua experiência de viajante.

O controle da dispersão do discurso que se verifica na aparente unidade do texto é fruto do princípio de autoria. O autor é, necessariamente, colocado como a origem do dizer, como o fulcro da coerência do discurso, e todo texto, por mais que não tenha um autor específico, um sujeito empírico a quem possa ser relacionado, terá uma autoria imputada a ele.

A autoria pode ser percebida, nesse sentido, num espaço de dizer onde o sujeito está comprometido com seu texto e com os sentidos por ele construídos, num processo que envolve outros discursos e sujeitos. Sendo assim, podemos nos questionar acerca das situações de produção das narrativas de viajantes, nas quais os textos são construídos a partir da inserção do sujeito em espaços nos quais dialoga com discursos anteriormente textualizados e numa constante negociação entre a sua individualidade e as vicissitudes da “prestação de contas”, uma vez que ele também se identifica como um emissário de uma autoridade que lhe outorga o poder de narrar sobre os territórios que descobre, como uma extensão dos domínios do país que ali se instala como dominador.

O sujeito assume a responsabilidade pelo que diz ao procurar demonstrar no texto o conhecimento sobre o que descreve, uma vez que ele tem o poder por conhecer³ o território descoberto antes mesmo daquele que proporcionou a expedição.

Retomando o raciocínio de Foucault sobre a autoria, para entendermos melhor os impedimentos de ser autor e suas exigências, precisamos, novamente, considerar a dispersão do sujeito em várias posições diferentes conforme as relações que se estabelecem entre as Formações Discursivas (FDs). Não é dada importância ao sujeito empírico, mas ao processo de dispersão deste. Vale mais, então, a rede significativa que constitui o enunciado do que propriamente seu conteúdo, sua significação, pois, ao tratarmos da dispersão do sujeito e da conseqüente falta de interesse em um autor-sujeito empírico, é necessário falar da materialidade do discurso que se verifica tão somente no significante, na substância linguística (FOUCAULT, 2009 a).

Os sentidos também se encontram dispersos, para serem ditos de acordo com a rede de FDs que se estabelece em dado discurso. O sentido pode, quase sempre, ser outro, na medida em que pode ser recortado pela possibilidade de reformulação na rede de FDs. Desse modo, sujeito e discurso estão em contínuo movimento, movimento este marcado na materialidade histórica, na língua. A constituição de um autor torna-se, assim, impensável, uma vez que a constituição dispersiva desse autor é que deve ser pensada nesse movimento de enunciações (PFEIFFER, 1995). O jogo no qual o sujeito tem de se inserir para ocupar a função autor é fundamentalmente paradoxal: o texto passa a ter uma voz universal, o sujeito deve ser presentificado como uno, determinado, uma vez que se submete à determinação da língua, que é o que se diz, mais importante do que aquele quem fala.

A morte do autor⁴, nesse sentido, é abordada por Foucault a partir da ideia do desaparecimento do autor no jogo da escrita, já que o sujeito que escreve deixa no texto “a singularidade da sua ausência” (FOUCAULT, 2009b, p. 36). Fazem parte da singularidade do autor as marcas deixadas no texto. Por meio dessas marcas, pode-se reconhecer a autoria e é a partir desse princípio que abordaremos a autoria nas

³ A relação entre o *pouvoir* e o *savoir* teorizada por Foucault (2009a; 2009b; 2009c; 1997), na constituição das relações de poder que, mais que pela detenção dos meios de produção, podem ser configuradas na posse do saber.

⁴ Retomaremos brevemente essa noção mais adiante, quando da observação sobre o que Roland Barthes definiu como a “morte do autor”.

narrativas de viajantes, uma vez que consideramos possível a identificação dessas marcas que revelam a presença e a atuação de um sujeito historicamente inscrito, que enuncia de determinado lugar social.

Na tentativa de entender o que sobra com a morte do autor, Foucault (2009a) procurou localizar o espaço deixado vazio pelo desaparecimento do autor, discutindo acerca do nome de autor. Inicialmente, indicou que o nome de autor é um nome próprio, pois ambos têm funções que se encontram situadas entre os pólos da descrição e da designação e estabelecem uma ligação com o que nomeiam. Entretanto, essa não é totalmente designativa ou descritiva; é, sobretudo, uma ligação específica. O nome de autor não é um nome próprio como os outros, havendo uma singularidade paradoxal que o assinala, conforme Foucault (2009a, p.45), que “ele exerce relativamente aos discursos um certo papel: assegura uma função classificativa; tal nome permite reagrupar certo número de textos, para delimitá-los, opô-los a outros textos; também faz com que os textos se relacionem ente si”.

Desse modo, constata-se que o nome de autor desempenha uma função relativa aos discursos que exerce, tratando-se de um discurso que é recebido de certa maneira numa determinada cultura e adquire certo estatuto. Isso indica que o discurso do autor é diferenciado, se caracterizando como um discurso provido de uma função.

Foucault (2009a), então, delimitou as regras que dirigiriam o funcionamento do autor. O desaparecimento ou o espaço vazio deixado pelo autor é preenchido pela função-autor que se relaciona a certos tipos de discurso. Assim, apenas alguns discursos portadores de determinadas funções conferem ao autor o “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 2009a, p.26). Portanto, a atribuição que se estabelece a um autor varia conforme as demandas de cada época. Assim, a função-autor, para Foucault, apresenta quatro características, as quais descreveremos agora de modo a compreendermos essa ampliação feita por Orlandi e a circunscrição que realizamos em prol de uma noção de autoria que contemple o nosso objeto.

A primeira função relaciona a autoria com a ideia de propriedade ou, ainda, de apropriação do(s) texto(s) produzido(s), mas Foucault alerta que “importa realçar que esta propriedade foi historicamente segunda em relação ao que poderíamos chamar de

apropriação penal” (FOUCAULT, 2009b, p. 47). Os textos passaram a ter autoria atribuída quando os discursos se tornaram transgressores e o autor tornou-se passível de punição, tal como citamos mais acima. Essa apropriação penal implicou, com efeito, a censura, a interdição e a punição aplicadas a autores, bem como a editores e, inclusive, leitores (BAPTISTA, 2005). A autoria e a ideia de propriedade são frutos de controles externos do discurso, já que não podemos perder de vista a associação entre a cultura escrita e os gestos violentos que a reprimem. Para Foucault (2009a; 2009b), o discurso, aqui entendido como textos escritos, não era um produto ou um objeto, mas um ato, que se colocava entre as fronteiras do sagrado e do profano, do lícito e do ilícito.

Como se o autor, a partir do momento em que foi integrado no sistema de propriedade que caracteriza a nossa sociedade, compensasse o estatuto de que passou a auferir com o retomar do velho campo bipolar do discurso, praticando sistematicamente a transgressão, restaurando o risco de uma escrita à qual, no entanto, fossem garantidos os benefícios da propriedade (FOUCAULT, 2009b, p. 48).

A segunda característica faz menção à não universalidade pela qual a função autor se faz presente em todos os discursos. Não há uma constância, na medida em que textos que atualmente são identificados como literários, tais como narrativas, epopeias, tragédias e comédias, não possuíam um autor identificado como indivíduo – dotar esses discursos de uma autoria individualizada lhes atribui valor, valor este que é produzido em instâncias outras que não apenas a da enunciação. Por outro lado, a voz universalizada da ciência entre em funcionamento como uma força mais significativa do que o nome individualizado do autor. Diz Foucault, sobre o efeito de verdade e a valoração do texto que o nome do autor pode produzir:

O anonimato literário não nos é suportável; apenas o aceitamos a nível de enigma. A função autor desempenha hoje um papel preponderante nas obras literárias. [...] se na matemática a referência ao autor pouco mais é do que uma maneira de nomear os teoremas ou conjuntos de proposições, em biologia e medicina a indicação do autor e da data do trabalho tem um papel bastante diferente: não se trata simplesmente de indicar a fonte, mas de dar algum indício de “fiabilidade” relativamente às técnicas e aos objectos de experimentação utilizados num dado momento e num determinado laboratório (FOUCAULT, 2009b, p. 50).

A terceira característica da função-autor trata de conferir concretude e unidade a um ser que é resultado de uma intrincada operação, o de atribuir ao indivíduo um

estatuto de “instância profunda”, “poder criador”, “projeto”, “lugar originário da escrita”. O que no indivíduo é designado como autor é apenas “a projeção do tratamento a que submetemos o texto, as aproximações que operamos, os traços que estabelecemos como pertinentes, as continuidades que admitimos ou as exclusões que efetuamos” (FOUCAULT, 2009b, p. 51).

Por fim, a quarta e última característica: a função autor se dá na cisão entre as várias figuras que estão em funcionamento no discurso, tais como o escritor, o locutor real, o locutor fictício, o locutor que se coloca no lugar da voz da ciência que universaliza. Como observamos anteriormente, o sujeito-autor funciona, de fato, na confluência e na dispersão que produzem um movimento e um conseguinte efeito de unidade.

Ao final da descrição das quatro características da função-autor, Foucault sumariza o exposto, do seguinte modo:

[...] a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” em simultâneo, a várias posições-sujeito que classes diferentes de sujeito podem ocupar (FOUCAULT, 2009b, p. 56-57).

Desse modo, e no tocante às especificidades de nosso objeto, podemos refletir sobre a função-autor foucaultiana nas narrativas de viajantes, agora unindo as ponderações de Foucault à ampliação proposta por Orlandi. Das características aventadas por Foucault, podemos considerar o seguinte: se a função-autor estabelece uma relação de propriedade entre autor e obra, instaurando os direitos do autor e as punições para os discursos transgressores, os narradores dos textos que analisaremos são autores na medida em que podemos afirmar a correlação imediata entre as instâncias de autor de narrativas e obra; se a função não é exercida da mesma maneira sobre todos os discursos, apresentando formas distintas e variáveis de acordo com a época, concordamos com Orlandi (2001) que a textualidade existe porque há o princípio da autoria promovendo essa unidade – ainda que na aparência da superfície textual, na representação –, de modo que, nas narrativas de viajantes, a função-autor é exercida na assunção dessa textualidade; se se define por meio de uma série de operações

específicas e complexas que constroem o autor a partir de suas obras, e se remete ao lugar ocupado pela pluralidade de “eus” que compõem as várias posições do sujeito, podemos identificar os narradores-viajantes como autores, uma vez que, e retomando aqui o entendimento da autoria como o princípio que promove a textualidade, o sujeito-narrador mimetiza todas as funções que pode ocupar em relação ao enunciado em prol da constituição autoral e da textualidade assumida como *porta-retrato* da realidade visitada.

Recorremos também a Bakhtin (2007) para ampliarmos o quadro teórico sobre autoria, na medida em que este teórico traz reflexões importantes, ao considerar que o sujeito se constitui pelo reconhecimento do outro no discurso. Para Bakhtin, a comunicação é somente quando contemplada na intersubjetividade, o *eu* que instaura o *tu*, a alteridade decorrendo do princípio de que é no reconhecimento do outro que os indivíduos se constituem como sujeitos.

Assim, Bakhtin trata os temas autor e autoria numa perspectiva filosófica, buscando compreender a relação do autor com o herói nas obras romanescas de escritores como Dostoievski, Puchkin, entre outros. Para Bakhtin, a relação estabelecida o autor e o seu personagem se consolida na atividade estética, pois é na consciência de si no outro que as condições de existência da obra são configuradas. Ao analisar o universo romanesco, menciona a capacidade do romancista de recriar a riqueza dos seres e caracteres humanos traduzida na multiplicidade de vozes da vida social, cultural e ideológica representada. A respeito do autor no processo polifônico, segundo Bakhtin, Bezerra afirma:

O que caracteriza a polifonia é a posição do autor como regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico. Mas esse regente é dotado de um ativismo especial, rege vozes que ele cria ou recria, mas deixa que se manifestem com autonomia e revelem no homem um outro, ‘eu para si’, infinito e inabalável. Trata-se de uma mudança radical da posição do autor em relação às pessoas representadas, que de pessoas coisificadas se transformam em individualidades (BEZERRA, 2005, p. 194).

Entre o autor e personagem há uma relação dialógica e de reciprocidade. O autor expõe seu ponto de vista, suas ideias e opiniões, mas é constantemente atingido pelo outro que o faz pensar, interrogar, duvidar, questionar, concordar ou discordar,

estabelecendo, por meio das interlocuções com outras vozes, suas opções e seu modo de posicionar-se no texto que produz.

A autoria se situa num lugar, então, onde a dimensão textual e a dimensão social se encontram e se constituem mutuamente. Por essa razão, a autoria tanto reflete como refrata os indivíduos (FARACO, 2005) e as instituições que assumem a responsabilidade enunciativa pelos textos.

O autor-criador é, assim, uma posição refratada e refratante. Refratada porque se trata de uma posição axiológica conforme recortada pelo viés valorativo do autor-pessoa; e refratante porque é a partir dela que se recorta e se reordena esteticamente os eventos da vida (FARACO, 2005, p. 39).

Roland Barthes, em *A morte do autor*⁵, postula o afastamento do autor como presença no texto, privilegiando a escritura que passa a ocupar um lugar que não mais aquele representativo da subjetividade. A exemplo de Foucault, Barthes defende que a escrita passa a ser o lugar do qual o sujeito é apagado, não importando mais quem fala, mas o que se fala. Negada a origem da voz, a noção de criação desaparece em prol da noção de leitor, em um processo no qual a morte do primeiro e o nascimento do último são contíguos. Uma vez que a “... a escritura é a destruição de toda voz, de toda origem” (BARTHES, 2004, p. 57), o autor deve morrer em favor da escritura e, conseqüentemente, do leitor.

Foucault (2009b) argumenta, criticando Barthes, no entanto, que o máximo que a crítica estruturalista conseguiu foi o apagamento dos caracteres empíricos do autor. Afirmando não bastar a “repetição oca de que o autor morreu”, Foucault se propõe a trabalhar nesse espaço onde se propusera seu apagamento em nome das formas próprias do discurso, com o objetivo de compreender que regras passam a presidir seu funcionamento. Daí postular o autor como função que o sujeito pode ocupar.

Baptista (2005, p.38), também questionando a postulação barthesiana, argumenta que “o fato de o leitor surgir como um elo entre o sentido e o texto somente vem a reforçar a ação do autor e a não nos deixar esquecer de inseri-lo no horizonte”, com o que concordamos. Se há um espaço do leitor e do texto, podemos sim verificar

⁵ Publicado originalmente em 1968. Entrada bibliográfica da edição consultada: BARTHES, R. *A morte do autor*. In: BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

um trabalho com a linguagem, então por que ignorar a existência do sujeito que enuncia, que se apropria da linguagem e assim o faz, mesmo quando a língua parece cheia de restrições e sanções? Assentimos com Baptista, ao considerarmos que a autoria em narrativas de viajantes, a despeito da coerção da tarefa a que eram delegados, constitui-se nesse trabalho com a linguagem, singularizando-se não apenas em relação à escrita que empreende, mas também em relação à configuração de uma obra, de quem eles, autores, são os correlatos imediatos.

3. Estudos sobre autoria no Brasil: a teoria *mise en marche*⁶

Possenti (2002) postula a necessidade de um conceito de autoria em termos diversos dos apresentados por Foucault, aproximando-se do que Bakhtin e Barthes postularam, introduzindo a noção de singularidade aliada à questão do estilo. O autor não se referiria somente a domínios de uma obra ou de uma discursividade, mas se constituiria ao assumir duas atitudes: a de dar voz aos outros enunciadores e ao manter distância em relação ao próprio texto. Apenas um sujeito capaz de intervir em seu próprio discurso seria capaz de assumir tais atitudes, num gesto singular de cada sujeito que se inscreve em seu discurso, configurando, então, um modo particular de dizer.

Pretendendo tornar o conceito de autoria produtivo para a análise de textos escolares, define-o como um amálgama entre intervenção do sujeito e inscrição, posto que considera tanto “singularidade” quanto “tomada de posição” como constitutivas da autoria.

Assumindo o paradigma indiciário como modo de investigação dos textos, Possenti afirma que as verdadeiras marcas de autoria são da ordem do discurso, não do texto ou da gramática. O trabalho autoral trata-se de fazer com que entidades e ações que aparecem num texto tenham exatamente historicidade, sejam localizadas em um tempo e um espaço, quando agenciadas pelo sujeito-autor.

⁶ Expressão usada por Jean-Jacques Courtine (1981), quando este autor trata da necessidade de uma metodologia para a aplicação da teorização de Foucault sobre os enunciados. A nossa paráfrase de Courtine diz respeito ao fato de que os estudos sobre autoria no Brasil têm uma preocupação fundamentalmente metodológica: a partir das teorizações de Bakhtin, Barthes e Foucault, os pesquisadores brasileiros implementam abordagens empíricas para esses postulados.

[...] há indícios de autoria quando diversos recursos da língua são agenciados mais ou menos pessoalmente – o que poderia dar a entender que se trata de um saber pessoal posto a funcionar segundo um critério de gosto. Mas, simultaneamente, o apelo a tais recursos só produz efeitos de autoria quando agenciados a partir de condicionamentos históricos, pois só então fazem sentido. (POSSENTI, 2002, p. 121)

Barros (2003), seguindo Possenti, ao tratar das intercalações, defende que esse fenômeno evidencia um trabalho do sujeito, quando exposto às pressões do texto-discurso, no sentido de atribuir-lhe coerência. Neste trabalho tenso é evidenciada, se não uma liberdade, pelo menos uma ação objetiva, a partir de manobras várias. As manobras do sujeito, as quais misturam componentes textuais e discursivos, deixam entrever um jogo entre a liberdade e a coerção, entre o geral e o particular, entre a dispersão e a ordem, entre o eu e o outro. Essa competência textual-discursiva torna possível que, apesar de toda a heterogeneidade, seja particularizada a ação de um sujeito, constituindo-o em autor – aquele que, em vez de apenas receber uma identidade do discurso de onde enuncia, constitui sua identidade e sua autoria.

Fortunato (2003) afirma que não é possível falar em autoria sem ter em conta a materialidade que reveste o discurso e os procedimentos de controle e organização do discurso decorrentes de sua condição material. Trazemos, então, a contribuição de Furlanetto (2004) que, dialogando com Foucault, reflete sobre o discurso de divulgação científica, sobre o discurso reformulado, destinado ao grande público, que, tendo como autores o pesquisador e o redator, apresenta uma heterogeneidade em sua dialogicidade. Este divulga a ciência, escolhe as informações e faz a transcrição em linguagem jornalística, tentando ser fiel à essência; aquele produz os textos científicos, é o reunidor de fios na construção de sua obra. Mas, tanto um como o outro costuram tecidos, fazem opções e escolhas, são responsáveis pelo texto.

Assolini e Tfouni (2007) asseveram que é preciso mostrar que o discurso escrito, muitas vezes, não está organizado dentro de um princípio de autoria. Tal afirmativa é feita quando as autoras tratam de estratégias que visam o intercâmbio entre os conceitos de autoria, letramento e oralidade. Ao tratar da construção autoral em narrativas orais, demonstram que, sobretudo em produções como essa, o mecanismo autoral está constantemente atuando sobre a estrutura linguístico-discursiva das narrativas, construindo efeitos de sentido que estão relacionados à memória enunciativa do sujeito,

a elementos do interdiscurso e a mecanismos de antecipação (formações imaginárias) sobre necessidades virtuais do narratário.

A reflexão das autoras nos parece pertinente na medida em que a narrativa é vista como um lugar privilegiado para a assunção da autoria, através da atuação do sujeito na organização dos fatos que relata e rememora, embora não concordemos com a defesa de que nem sempre a escrita se organiza dentro de um princípio de autoria. Nesse sentido,

Nesse sentido, Tfouni (2005; 2008) e Tfouni e Pereira (2005), promovendo uma interface entre análise do discurso, psicanálise, literatura e enunciação, definem autoria como uma posição discursiva do sujeito, diferente do escritor e do narrador. O autor seria a posição do sujeito a partir da qual ele consegue estruturar seu discurso (oral ou escrito) de acordo com um princípio organizador contraditório, porém necessário, visto que existe, no processo de produção de um texto, um movimento de deriva e dispersão de sentidos inevitável, que o autor precisa “controlar”, a fim de dar ao seu discurso uma unidade aparente, com começo, meio e “fechamento”.

Mas o que vem a ser dispersão? O que é deriva? Embora tenhamos, anteriormente, nos referido ao conceito de dispersão em Foucault, julgamos importante também trazer as reflexões de Tfouni (2008) partir de Pêcheux (1997). A deriva refere-se ao fato de que o sentido sempre pode vir a ser outro, e, quando ocorre sem ser controlada, instala uma ausência de coerência no texto. Refere-se ao interdiscurso, e se substancia em um relançar infinito das significações (PÊCHEUX, 1997). Está no plano dos enunciados. A deriva é a irrupção do real, visto que o real está na falta, e, pela deriva, outras possibilidades de significação irrompem, quebrando a unidade aparente, e instalando o não uno. A deriva antecede e provoca a dispersão. Quando falta a palavra na cadeia metonímica, o sujeito não pode emergir (segundo Lacan, o sujeito é aquele que emerge entre significantes) e, conseqüentemente, ele fica à deriva, pois, sem o próximo significante perde o ponto de ancoragem, e, daí, o intradiscurso entra em dispersão. Por isto, ocorrem os lapsos e as hesitações.

Quando é impossível prosseguir, quando o sujeito encontra-se diante de algo que falta, de um conteúdo interdito, e por isso não tem acesso a determinadas zonas do interdiscurso ele encontra refúgio no grande Outro, e pode recorrer a fórmulas já prontas

do interdiscurso, como nos genéricos, por exemplo, provérbios, “slogans”, chavões, frases-feitas, palavras de ordem, etc. Analiticamente, o sujeito ocupa a posição de autor quando retroage sobre o processo de produção de sentidos, procurando “amarrar” a dispersão que está, sempre, virtualmente se instalando, devido à equivocidade da língua.

Ainda citando Pêcheux, o trabalho de autoria é

[...] uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações de sentido, escapando a qualquer norma estabelecida *a priori*, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar infinito das interpretações. (PÊCHEUX, 1997, p. 51)

Alves Filho (2006), retomando Bakhtin (2006), dada a sua preocupação em conciliar o estudo da autoria com uma abordagem sobre os gêneros do discurso, defende que mudanças sociais e culturais se presentificam e podem ganhar forma no trabalho cotidiano da autoria nos diversos gêneros. Autoria, sob essa perspectiva, é a instância humana e/ou institucional, designada comumente por um nome próprio, sócio-histórica e culturalmente pré-construída, mas, ao mesmo tempo, parcialmente reconstruída a cada ato interacional de produção de sentidos, presumida nos gêneros do discurso e tomada como responsável pelo acabamento, pelo intuito discursivo e pelo estilo de um produto simbólico.

Analisando a autoria em textos jornalísticos, cujos gêneros constituem o seu objeto, Alves Filho (*op. cit.*) apresenta as bases da constituição de uma autoria de tipo sócio-profissional: o colunista fala em primeira pessoa e em seu próprio nome, mas enquanto um jornalista, portanto em nome de sua classe. Por sua vez, os artigos de opinião comungam com as colunas de opinião a autoria individual-profissional, mas destas diferem pelo caráter externo da autoria: articulistas são, em geral, representantes de prestígio social dos diversos segmentos profissionais dos grupos sociais. E a carta de leitor possibilita a manifestação de uma autoria individual privada, de modo que o leitor fale em seu próprio nome e em defesa de interesses privados, embora também encontremos cartas de leitor de teor sócio-profissional.

Inscrevendo essa reflexão num campo de estudos do discurso, o autor trata da ampliação e do alargamento do objeto de estudo linguístico – do signo até o discurso, passando pela frase e pelo texto – alegando que é necessária uma correlata ampliação da

noção de “falante” a quem se atribui a responsabilidade pelos atos de linguagem. Em outras palavras, se a noção de locutor – genérico, abstrato e idealizado – dá conta do estudo do signo e da frase e se a noção de enunciador resolve o estudo da significação pragmática, não se pode dizer que essas duas noções sejam suficientes para a investigação do funcionamento dos textos e dos discursos. De fato, os estudos dos textos pelo viés teórico da noção de gêneros do discurso somente podem ser conduzidos satisfatoriamente se a noção de autoria for efetivamente contemplada.

4. Autoria em narrativas de viajantes: especificidades

Possenti (2004), ao apresentar as rupturas que a Análise do Discurso, faz em relação a noções como língua, sentido e sujeito, argumenta, citando Pêcheux, que a noção de *circunstância* deve ser substituída pela de *condições de produção*, assinalando a ruptura da AD em relação à Pragmática, já que *circunstância* se referiria ao contexto imediato da erupção do evento comunicativo, no qual os falantes se encontrariam plenamente conscientes das regras que delimitam o intercâmbio linguístico.

Tal observação é coerente com uma proposta teórica que se ocupa dos estudos das posições historicamente constituídas a partir das quais os sujeitos enunciam, na medida em que o que confere sentido ao que se enuncia não é simplesmente a situação específica na qual o sujeito está imerso, mas as relações entre o que se diz e o que já foi dito.

No entanto, embasados pelo próprio Possenti (2003, p. 253) que afirma não existir “no campo da AD, questões vencidas”, propomos aqui uma retomada do termo *circunstância* em AD, dada a especificidade do nosso objeto de estudo. Se a autoria é vista por nós como uma atividade que apenas um sujeito capaz de intervir em seu próprio discurso pode empreender, ainda que essa atividade seja restringida pelas coerções do campo discursivo a que se está inserido, singularizando-se, não podemos perder de vista a situação específica que levou esse sujeito a produzir o seu texto e singularizar-se. Essa singularização se dá exatamente pelo fato de que essa situação específica está imersa nas condições históricas de produção do discurso e o sujeito só é capaz de fazer-se autor quando de seu posicionamento face ao contexto imediato que se apresenta e à historicidade que lhe transcende.

Quais as outras obras de Pero Vaz de Caminha, Johan Nieuwhof e René Duguay-Trouin que não, respectivamente, *Carta a El rei D. Manuel*, *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil* e *Memórias do Senhor Duguay-Trouin*⁷? Há, aqui, uma singularização do sujeito tanto em relação ao seu trabalho com a escrita quanto ao evento único que se presentifica na materialidade do seu discurso. Nesse sentido, podemos então pensar em um *autor circunstancial*, não apenas pelo fato de que a assunção da autoria se dá em função das posições possíveis que o sujeito pode ocupar no campo discursivo – sendo a função-autor apenas uma delas, como assinalamos anteriormente –, mas porque aquela circunstância específica, inscrita historicamente, foi o que converteu o sujeito em autor, foi o que o levou a ocupar aquela posição. O sujeito foi instado a ser o princípio organizador de um discurso que reúne, reelabora e produz a aparente unidade de sentidos que, no caso dos textos em estudo, formam diferentes discursos que são ressignificados, o que chamamos anteriormente de autoria mediata e autoria colateral.

Trazidos esses conceitos do Direito Penal, o conceito de autoria **colateral** indica o fato de várias pessoas executarem um ato sem nenhum vínculo subjetivo entre elas (GOMES, 2006). A autoria **mediata** ocorre quando o autor domina a vontade alheia e, desse modo, se serve de outra pessoa que atua como instrumento (STÜBEL, 1828 *apud* GOMES, *op. cit.*). Adaptando-os aos domínios da Linguística, podemos constituir um novo sentido para ambos os conceitos, a saber: a designação da autoria se revela por meio do que é chamado pelo Direito de autoria mediata, posto que uma vez designado pelo rei a relatar sobre o espaço visitado, aquele que escreve o faz segundo a demanda da sua autoridade. Ou seja, o designador dominador se serve do sujeito que escreve como instrumento de visualização do espaço de seu interesse. Isso não retira ao dominador o poder sobre o texto encomendado. O interesse em constituir uma memória dos descobrimentos pode ter promovido o que trataremos aqui como autoria colateral. Não há nos textos aqui estudados a presença clara de dependência subjetiva entre os autores, senão uma dependência histórica que nos permite encadear os textos tal como o fizemos para organização do *corpus*.

Sob essa perspectiva, podemos associar os narradores-viajantes aqui estudados ao princípio foucaulteano que associa necessariamente a definição do que é ser autor ao

⁷ Textos que compõem o nosso *corpus*, cuja caracterização mais aprofundada será feita no capítulo seguinte, dedicado aos procedimentos teórico-metodológicos adotados para essa pesquisa.

seu correlato imediato, a obra. Embora Foucault afirme que “a palavra ‘obra’ e a unidade que ela designa são tão problemáticas como a individualidade do autor” (FOUCAULT, 2009a, p. 39), com o que concordamos, por todas as considerações já feitas sobre as vicissitudes inerentes ao emergir do discurso, ousaremos assumir que, nas narrativas de viajantes, o fazer discursivo dos narradores os constitui como autores, não individuais, porém singulares, uma vez que esses sujeitos realizam determinadas escolhas, existindo então uma intervenção, o que resulta na produção de uma obra.

Capítulo Segundo:

Do Percurso Teórico-Metodológico

... não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento.

(Jacques Le Goff)

Dedicaremos esta seção à descrição do percurso metodológico trilhado por nós, desde a coleta do material, organização e constituição do *corpus* até os procedimentos de análise que tornaram operativos os objetivos específicos delineados para a nossa pesquisa (cf. Considerações Iniciais).

Antes de passarmos à apresentação dos procedimentos, no entanto, julgamos necessário um breve esclarecimento sobre a adoção do termo “teórico-metodológico” no título da presente seção desse trabalho. Por que não apenas “metodológico”, já que se trata da apresentação dos procedimentos eleitos para que a análise pudesse ser levada a cabo? Por que aludir à “teoria” nesta seção, uma vez que a seção anterior já foi dedicada à fundamentação teórica adotada para a pesquisa?

Tal adoção reside no fato de que, por termos trabalhado com textos que são dotados do estatuto de documento, não necessitando lançar mão de procedimentos como entrevistas, questionários, grupos focais, elaboração de questionários ou observações (participantes ou não), coleta de redações escritas por um grupo a partir da sugestão de um tema ou de um direcionamento estabelecido pelo pesquisador – expedientes comuns à metodologia da grande maioria dos trabalhos sobre autoria que pudemos encontrar –, as escolhas que fizemos para a abordagem do material que escolhemos sempre envolveram uma discussão de ordem teórica, uma vez que a adoção de uma análise

estrutural de narrativas em um estudo discursivo requer esclarecimentos de ordem epistemológica e a questão da memória identificada a partir das sequências discursivas de referência exige a reflexão sobre os meandros do interdiscurso, contingente a cada discurso analisado. Desta feita, achamos por bem definirmos os nossos procedimentos como teórico-metodológicos, já que, em última instância, nosso trabalho uniu essas duas dimensões a todo o momento, não havendo uma fronteira claramente identificável entre teoria e metodologia.

Passemos, então, à descrição dos referidos procedimentos.

1. Coleta, organização do material e constituição do *corpus*

A primeira etapa do trabalho foi marcada pela busca das fontes, de modo a adquirir os documentos necessários para a pesquisa. Não houve preocupação com o estabelecimento das categorias de análise, que seria o passo seguinte, com a organização do material e a consequente constituição do *corpus*. Importava tão somente a obtenção de narrativas de viajantes que estiveram no Brasil entre os séculos XVI e XIX, além de referências sobre essas narrativas.

Nesse momento inicial, a inclusão do *Catatau* – romance de Paulo Leminski publicado em 1975 – ainda se fixava como um ponto pacífico, na medida em que esse texto, partido de uma leitura de entretenimento foi o motivador da pesquisa (cf. Considerações Iniciais). Para fins de investigação sobre a autoria, sempre nos pareceu muito instigante contrapor narrativas de viajantes reais, de existência historicamente comprovada, com um relato ficcional de um viajante imaginário, com o objetivo de compreender as possibilidades de rediscursivização que os sujeitos-narradores fazem de *já-ditos* diacronicamente configurados. O que chamamos aqui de narrativas de viajantes reais desconsidera a possibilidade de ficcionalização (FOREST, 2001) do relato partido de uma experiência histórica; consideraremos os relatos como o retrato da realidade vivida por esses narradores.

Essa reflexão primeira nos conduziu para a inclusão, no *corpus*, da *Carta a El Rei D. Manuel*, de Pero Vaz de Caminha, pela sua representatividade como documento histórico sobre o Brasil, e também por ser representativa da **autoria designada**,

categoria que nos foi sugerida em conversa informal com o prof. Fábio Perdigão Vasconcelos, quando ainda da exploração dos primeiros textos para a elaboração do projeto de dissertação.

Delineamos, então, o interesse por investigar a autoria partindo da admissão da existência de uma autoridade designadora a quem o viajante deveria se reportar, dando ciência da terra descoberta e dos possíveis recursos a serem explorados, acreditando ser possível identificar instâncias linguísticas que demonstram o trabalho do sujeito-autor na elaboração do escrito, face à obrigação institucional que lhe é atribuída e da memória discursiva já construída através de relatos anteriores, que instauram determinadas convenções no interior do gênero discursivo em questão.

Faltava, nesse momento, escolher outras obras, uma vez que outra intenção já sedimentada era a de estabelecer a investigação da autoria em uma diacronia de textos. A aquisição de *Andanças pelo Brasil colonial*, catálogo comentado de narrativas de viajantes de autoria de França e Raminelli (2009) foi decisiva tanto para essa busca quanto para um momentâneo afrouxamento do critério de autoria designada como exclusivo para a escolha dos textos. A análise do catálogo demonstrou que a grande maioria dos viajantes que estiveram no Brasil no período considerado não tinha, necessariamente, que “prestar contas” de suas expedições, pois muitos eram comerciantes, filhos de famílias abastadas que pagavam as viagens de seus próprios bolsos. Continuávamos a considerar a questão da designação como condição primeira para a seleção das narrativas a serem estudadas, embora já considerássemos a inclusão de narrativas que não atendessem a essa condição, mas deparávamos com a enorme dificuldade de acesso aos textos, muitos sem tradução para o português, ou com acesso difícil mesmo no idioma original.

Após reunirmos 37 narrativas – 21 textos completos e 16 trechos – aplicamos os seguintes critérios:

- a) Presença da designação como motivadora para a escritura da narrativa, o que seria comprovado através de pesquisas na literatura histórica.
- b) Facilidade de acesso, na seguinte escalaridade: (i) ter edição disponível e não esgotada em português ou no idioma original; (ii) ter versão digitalizada

disponível em português ou no idioma original; (iii) ter trechos disponíveis em antologias de textos de viagem, em português ou no idioma original.

O número de textos a que chegamos ainda era bastante vultoso (29), o que nos obrigou a fazer outro corte: iríamos, agora, selecionar um texto para cada século do período que elegemos para o estudo – dos séculos XVI, representado pela *Carta* de Pero Vaz, ao século XX, representado pelo *Catatau*. Feito isso, chegamos a esta primeira configuração do *corpus*:

Texto	Autor⁸	Ano
<i>Carta a El Rei D. Manuel</i>	Pero Vaz de Caminha	1500
<i>Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil</i>	Johan Nieuhof	1681
<i>Memórias do Senhor Duguay-Trouin: tenente-general das forças navais da França e comandante da ordem real e militar de São Luis</i>	René Duguay-Trouin	1730
<i>Mémoires du Capitaine Landolphe, contenant l'histoire de ses Voyage</i>	Jean-François Landolphe	1800
<i>Catatau</i>	Paulo Leminski	1975

Quadro 1 – constituição preliminar do *corpus*

Verificamos, no entanto, quando do início da exploração dos textos acima relacionados, vários problemas, tanto de ordem operacional quando de ordem teórica.

Os dois primeiros problemas foram relativos ao texto que deveria atender ao século XIX. O primeiro, bastante prosaico, fruto da mais pura desatenção: não percebermos que um escrito datado de 1800, segundo o calendário gregoriano, ainda é relativo ao século XVIII; o segundo, mais comprometedor, dizia respeito à representatividade desse texto: a estadia de Landolphe na Baía de Guanabara foi muito

⁸ Autor, aqui, não diz respeito à discussão teórica apresentada no primeiro capítulo desta dissertação; é usado tão somente como referência ao nome do sujeito historicamente associado ao texto, a título de sistematização do material pesquisado.

breve, resultando num escrito que, relativo ao Brasil, não correspondia a sequer cinco laudas. O material não se prestava a ser tomado como amostra do universo considerado, e, como no século XIX, já após a Independência e a abertura das fronteiras brasileiras para os viajantes estrangeiros, as expedições oficiais rumo ao Brasil se tornaram escassas, quase sem registro, vimo-nos obrigados a abandonar o critério da designação para esse século em particular.

Selecionamos, então, o texto *Viagem ao Brasil*, narrativa do casal Elizabeth Cary e Luiz Agassiz, que buscava “repouso para o espírito” e permaneceu no Rio de Janeiro entre os anos de 1865 e 1866 – o texto foi publicado em 1865. A admissão de um texto com motivação adversa para a sua escritura – em relação ao critério inicialmente adotado, a autoria designada – nos pareceu uma oportunidade de aprofundar o entendimento da constituição de autoria em narrativas de viajantes, especialmente pela oportunidade que teríamos de analisar o fluxo da memória que se atualiza em um texto com feições diversas daqueles do século XVI. Gonçalves (2005) afirma que enquanto os narradores do século XVI recorriam a aspectos do fantástico ou da filiação ao religioso na busca de atribuir sentido ao que viam, as narrativas do século XIX eram de cunho informativo, apresentando uma estrutura que muito se assemelha ao texto jornalístico.

Um outro problema dizia respeito à pretensão de contemplarmos, em nossos objetivos específicos, uma análise da presença da memória sobre o Brasil configurada pelas narrativas de viajantes em uma narrativa de ficção, o *Catatau*, de Paulo Leminski, já mencionado. Se a análise estrutural da narrativa e o exame das sequências discursivas de referência (que serão apresentados na próxima seção) pareciam ser os procedimentos adequados para a abordagem das narrativas reais, o mesmo não podíamos dizer sobre a análise de um romance, não sem a pena de um deslocamento teórico-metodológico que nos conduziria à adoção de procedimentos que poderiam nos afastar significativamente dos objetivos estabelecidos para o estudo.

Quando da realização da disciplina Seminários de Pesquisa I, no primeiro semestre de 2010, na qual apresentamos o nosso trabalho em andamento, o professor parecerista convidado por nós assinalou os riscos desta escolha, uma vez que a narrativa deveria ser tratada por meio do exame de dois domínios discursivos diversos, fazendo inevitável recurso à categoria **interdiscursividade**, o que exigiria “ver as narrativas por

meio de distintas formações discursivas que, entrecruzando-se, gerarão o fenômeno da interdiscursividade: pois o discurso ficcional de Leminski, para se realizar empiricamente, terá de transmutar e ressignificar em seu interior o discurso real de viajantes”⁹. Em favor de evitar a disparidade teórico-metodológica, o que poderia comprometer a análise, ao pulverizá-la em direções muito distintas, optamos pela retirada desse texto e conseqüente abandono dos respectivos objetivo, problema e hipótese¹⁰ que coadunavam com a sua presença no corpus.

Desse modo, o *corpus* constituído sofreu uma alteração bastante significativa, já que optamos ainda por restringi-lo por meio de outro corte, após o qual restariam somente textos referentes ao período colonial brasileiro, de modo a homogeneizar os dados, redirecionando o foco para a designação nas questões da autoria e, unindo a esse entendimento, a escolha pelo estudo do discurso do dominador presente na colônia. Tais considerações não constituem as categorias que nos conduziram à elaboração dos objetivos específicos e adoção dos procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa; são, sobretudo, frutos da leitura mais amadurecida que nos conduziu à identificação dos discursos que se sobressaem na constituição da autoria nas narrativas. Nos textos que, enfim, compuseram o *corpus*, traçamos, destarte, a diacronia de modo a contemplarmos a ordem histórica da chegada do dominador ao Brasil: português, no século XVI, holandês no século XVII e francês no século XVIII.

Eis, assim, a configuração final do *corpus*:

⁹ Trecho do parecer que aprovou o andamento desta dissertação na disciplina Seminários de Pesquisa I, de autoria do prof. Júlio César Rosa de Araújo, cuja referência não possui entrada bibliográfica.

¹⁰ OBJETIVO: Investigar a presença dos discursos sobre o Brasil produzidos pelas narrativas de viajantes dos séculos XVI a XIX em texto ficcional da contemporaneidade; PROBLEMA: Tendo em vista o senso comum de que a arte se baseia na realidade, de que modo os discursos não-ficcionais sobre o Brasil construídos nas narrativas de viajantes aparecem em textos ficcionais contemporâneos?; HIPÓTESE: Os discursos sobre o Brasil produzidos nas narrativas em estudo são atualizados em textos ficcionais da contemporaneidade por processos parafrásticos, agenciados para ampliar sentidos a partir desses já-ditos.

Carta a El Rei D. Manuel

Pero Vaz de Caminha

1500

Considerada o “registro de nascimento do Brasil”, escrita pelo escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral.

Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil

Johan Nieuhof

1681¹¹

Johan Nieuhof era agente da Companhia das Índias Orientais, tendo descrito a história do Brasil Holandês entre 1640 e 1649¹².

Memórias do Senhor Duguay-Trouin

René Duguay-Trouin

1730

Escrito a propósito da invasão corsária à Baía de Guanabara por parte da esquadra do almirante francês Duguay-Trouin¹³.

Quadro 2 – Configuração final do *corpus*

¹¹ A publicação do texto foi póstuma.

¹² “O interesse dos holandeses pelo Brasil data de muito antes da invasão de Pernambuco, em 1630. Por anos, eles recolheram informações indispensáveis ao sucesso da conquista. Mas, de fato, a produção escrita sobre o novo território multiplicou-se somente depois da ocupação, pois era imprescindível para atrair investimentos, incentivar o comércio, promover as ciências e as artes – por meio do conhecimento da natureza e da geografia – e exaltar os feitos militares e administrativos do Brasil Holandês” (FRANÇA; RAMINELLI, 2009, p. 60).

¹³ “O curso, diferentemente da pirataria e da ação dos flibusteiros, era um empreendimento legal e muitas vezes oficial, praticado pelas potências europeias nos momentos de guerra. Os capitães dos navios recebiam uma *carta de marca*, concedida pelo rei, que os autorizava a atacar, a tomar navios e a saquear os domínios das ações inimigas. [...] No caso da França, o curso era sobretudo uma atividade privada. [...] No entanto, a despeito de seu caráter particular, também o rei, e cada vez com maior frequência, cedia os navios de sua armada e designava oficiais de sua esquadra que, juntamente com comerciantes, financistas, indivíduos reunidos em sociedades por ações, armavam expedições corsárias” (BICALHO, 2003, p. 43).

2. Análise estrutural da narrativa: identificando as marcas e as intervenções

Ao elegermos uma perspectiva discursiva de abordagem das narrativas de viajantes, deparamos com uma lacuna de ordem operacional: a Análise do Discurso não oferece uma metodologia que permita a análise da narrativa, e quaisquer conexões que ousássemos fazer poderiam resultar em sérios revezes de ordem epistemológica.

Portanto, é como muito cuidado que consideramos que as categorias forjadas pelo modelo estrutural de análise narrativa – embora originalmente concebidas para a análise das narrativas literárias –, também se prestam à investigação das narrativas de viajantes, dado o nosso interesse que recai sobre a necessidade de identificar as regularidades constitutivas que caracterizariam o conjunto de textos que elegemos. É preciso deixar muito claro que o nosso trabalho não tem como foco a análise da narrativa, que a investigação dessas estruturas textuais constitui apenas um momento de nossa análise, por acreditarmos que o exame da tessitura da narrativa dos viajantes é capaz de desvelar algumas estratégias que evidenciam o trabalho desses sujeitos sobre a enunciação.

Na perspectiva da análise estrutural, a obra é considerada como a manifestação de uma estrutura abstrata, da qual ela é apenas uma das realizações possíveis. Barthes assim define:

um modelo hipotético de descrição, e a descer em seguida, pouco a pouco, a partir deste modelo, em direção às espécies que, ao mesmo tempo, participam e se afastam dele: e somente ao nível destas conformidades e diferenças que reencontrará, munida então de um instrumento único de descrição, a pluralidade das narrativas, sua diversidade histórica, geográfica e cultural (BARTHES, 2008, p. 21).

O analista estaria, então, posto diante de um desafio semelhante ao de Saussure (1974), quando da sistematização dos estudos linguísticos e da definição da língua como o objeto de estudo, por excelência, da Linguística: como, diante da aparente anarquia presente no heteróclito de narrativas existente no mundo, seria possível sistematizar um modelo de caracterização e descrição que seja capaz de dar conta de todas as narrativas?

É nesse momento que realizamos um desvio em relação às orientações epistemológicas que fundamentam a análise barthesiana. Ao adotarmos a perspectiva da

análise estrutural para o exame das narrativas de viajantes, não estamos em busca de uma estrutura imanente que possa contemplar todas as narrativas, uma vez que, em nosso entendimento, cada narrativa é um acontecimento discursivo com contingências próprias, dada a inscrição dos sujeitos-narradores em um lugar sócio-histórico definido. Interessam a nós os procedimentos que a análise estrutural da narrativa oferece; das estruturas imanentes, supostamente universais, deixemos que os estruturalistas se ocupem; obtê-las não figura dentre nossas pretensões.

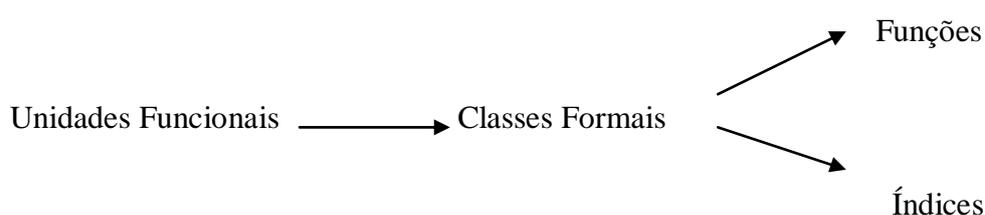
A formalização da análise se dá a partir da admissão de que o conhecimento do que é essencial em todo o sistema de significação da narrativa permite a compreensão de que uma narrativa não é uma simples soma de proposições, mas a correlação entre muitas instâncias que devem ser entendidas numa perspectiva hierárquica. Recorrendo novamente a Saussure (*op. cit.*), a organização dos elementos de uma narrativa se dá de forma sistemática, de modo que um elemento depende intimamente do outro para que a estrutura possa “funcionar”, existir, ser verificável e passível de descrição. Ler uma narrativa não é, portanto, apenas seguir o fio da história, mas projetar encadeamentos; não é passar de uma palavra a outra, mas de um nível narrativo a outro. As relações podem ainda se estabelecer dentro de um mesmo nível (numa aproximação com o eixo sintagmático saussuriano, ou seja, o das combinações, das simultaneidades), o que Barthes denomina como relações distribucionais, lineares, um elemento seguido do outro formando uma espécie de sintaxe da narrativa.

Barthes propõe a distinção, na obra narrativa, de três níveis de descrição: o nível das funções, relativo à significação; o nível das ações, relativo aos sujeitos; e o nível narrativo propriamente dito, da ordem do discurso – aqui entendido em perspectiva diversa da AD; discurso é tão somente a concretude, o acesso à forma mais materializada da narrativa, de certo modo, por analogia, semelhante a *parole* de Saussure e ao nível discursivo descrito pela Semiótica de orientação greimasiana. E é à apresentação de cada um desses níveis, bem como a de suas operacionalizações em relação às narrativas de viajantes, a que iremos nos dedicar agora.

2.1. O nível das funções

O autor procede a uma identificação das unidades narrativas mínimas, asseverando que é o caráter funcional de certos segmentos da história que faz destas unidades narrativas por excelência. Afirmando que tudo na narrativa é funcional, ou seja, que não há unidade perdida, rebelde a qualquer função na narrativa, observa que as unidades narrativas serão substancialmente independentes das unidades linguísticas, embora elas possam coincidir em alguns momentos, ainda que não seja uma coincidência sistemática.

Da necessidade de dividir as unidades funcionais em unidades formais, obtém-se a distinção entre funções e índices. Os índices são unidades verdadeiramente semânticas, sempre remetem a uma significação, enquanto as funções trazem a noção de “operação”. Tal classificação recobre outra distinção, considerada clássica por Barthes: as funções implicam relações metonímicas, operacionais, enquanto os índices são relacionados com processos metafóricos, semânticos de fato. Estas duas grandes classes de unidades deveriam já permitir certa classificação das narrativas, pois podemos identificar narrativas de forte conteúdo funcional (os contos populares são o exemplo prototípico) e outras, de forte conteúdo indicial (os romances psicológicos seriam os representantes mais destacados).



Esquema 1: a primeira divisão entre as classes formais

Verificamos, contudo, que no interior dessas duas classes é imediatamente possível determinar duas outras subclasses de unidades narrativas. Na classe das funções, temos então a distinção entre *funções cardinais* (ou *núcleos*) e *catálises*: as primeiras seriam os momentos de risco da narrativa, a ação que abre, fecha ou mantém uma alternativa consequente para o seguimento da história, enquanto as catálises

operam como zonas de segurança, é a função que diz respeito à manutenção do contato entre o narrador e o narratário, marcam os momentos de aceleração, retardamento, avanço ou recuo do discurso. Nem todas as funções têm a mesma importância: enquanto as funções cardinais são, de fato, verdadeiras articulações da narrativa, as catálises preenchem o espaço que separa uma função-articulação da outra. Recorrendo a mais uma classificação binária, Barthes diz que o núcleo está para a narrativa, assim como a catálise está para o discurso.

A representação mais adequada da relação entre as subclasses da classe das funções, uma vez que as catálises são funções subsidiárias que se aglomeram em torno de um núcleo (ou de outro) sem alterar-lhe o sentido¹⁴, seria assim:

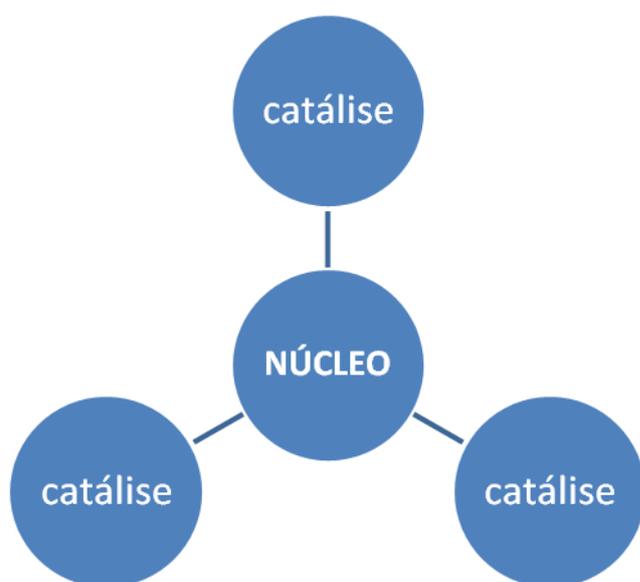


Imagem 1 – a relação entre as unidades integrantes da grande classe das funções

No que diz respeito à grande classe dos índices, classe chamada integrativa, não operacional, há a divisão entre os índices e os informantes. Essas duas classificações têm em comum o fato de que apenas nos níveis seguintes da análise (o da ação e o da narração) podem ser, de fato, saturadas, ter o seu sentido plenificado. Os índices

¹⁴ Barthes (2008, p. 34) exemplifica tal procedimento quando diz que entre “o telefone tocou” e “Bond atendeu” pode ser saturado por uma multidão de pequenos incidentes ou de descrições breves. As catálises mantêm, assim, o seu caráter funcional, que é, no entanto, unilateral, de ordem apenas consecutiva, sem grandes contribuições para os desdobramentos da narrativa.

forneem pistas, implicam sempre numa atividade de deciframento, dão ao leitor o conhecimento de um caráter, de uma atmosfera; já os informantes, tal como as catálises, não tem uma funcionalidade forte na estruturação da narrativa, mas conferem autenticidade à realidade do referente, enraizando a informação narrada no real. Sua funcionalidade é incontestável, portanto, e mais uma vez a exemplo das catálises, ao nível do discurso.

Afirma Barthes sobre a relação entre essas unidades analíticas, caracterizando o que chama de *sintaxe funcional da narrativa*:

As catálises, os índices e os informantes têm com efeito um caráter comum: são expansões em relação aos núcleos: os núcleos formam conjuntos acabados de termos pouco numerosos, são regidos por uma lógica, são ao mesmo tempo necessários e suficientes; esta armadura dada, as outras unidades vêm preencher segundo um modo de proliferação em princípio infinito: sabe-se que isto é o que se passa com a frase, feita de proposições simples, complicadas ao infinito por duplicações, preenchimentos, recobrimentos, etc.: como a frase, a narrativa é infinitamente catalisável (BARTHES, 2008, p. 35-36).

Ainda,

Os informantes e os índices podem livremente se combinar entre eles; tal é, por exemplo, o retrato que justapõe sem constrangimento dados de estado civil e traços caracteriais. Uma relação de implicação simples une as catálises e os núcleos: uma catálise implica necessariamente a existência de uma função cardinal à qual se liga, mas não reciprocamente. Quanto às funções cardinais, é uma relação de solidariedade que as une: uma função desta espécie obriga a uma outra da mesma espécie e reciprocamente (BARTHES, 2008, p. 37).

Nossa hipótese sobre a estruturação das narrativas de viajantes acena para o caráter eminentemente catalítico, indiciário e informativo dessas narrativas, dada a composição de “relato sobre o que se vê” que poderia ser apontado como um traço comum a esses textos.

Embora Barthes trate da narrativa como um esquema que estamos sempre operando para compreender e explicar o mundo e a nós mesmos, sequer tangenciando a discussão sobre gêneros e sequências textuais – que também não temos a pretensão de abarcar, dados os limites dessa dissertação –, ousamos relacionar o que este teórico chama de catálises, índices e informantes ao que Adam (2008) caracteriza e identifica como constitutivo da sequência discursiva. O procedimento descritivo está estreitamente

ligado a uma posição enunciativa que orienta o fio do discurso, inseparável, portanto, do ponto de vista do sujeito, do narrador que promove as conjunções entre catálises e informantes de acordo com a sua intenção comunicativa, de acordo com a sua pretensão de identificar, na narrativa, os objetos do mundo. Não se pode negligenciar também o componente valorativo do enunciador que, ao apresentar o objeto apresenta-se a si mesmo.

A base do procedimento descritivo seria, então, valorativo, vez que a enumeração de atributos sobre determinado objeto é uma estratégia linguístico-discursiva de valoração do autorretrato do sujeito enunciador. A estruturação tem por característica o fato de não comportar ordem ou limite em sua organização, o que a torna um esquema aberto, constituído de várias etapas, possibilitando, inclusive, a retomada de um processo descritivo anteriormente deflagrado.

A despeito dessa ausência de ordenação estrutural fixa, Adam caracteriza a sequência descritiva através de três tipos de macro-operações: as de **tematização**, as de **aspectualização** e as de **relação**. A tematização dá a unidade ao segmento e pode ser aplicada de três maneiras bastante distintas: por *ancoragem*, quando há a denominação imediata o objeto que abre o período descritivo; por *ancoragem diferida*, quando o quadro da descrição é denominado no curso ou no final da sequência, por vezes demorando a formatar uma unidade de sentido; por *reformulação*, o objeto recebe uma nova denominação, é reelaborado dentro do discurso. Já a aspectualização apoia-se na tematização, agrupando dois outros tipos de operações: a *fragmentação*, que consiste na seleção de partes do objeto da descrição, e a *qualificação*, que evidencia propriedades do todo e/ou das partes selecionadas pela operação de fragmentação. Por fim, a macrooperação de relação agrupa duas outras operações: a *relação de contiguidade*, concernente à situação temporal ou espacial do objeto do discurso, e a *relação de analogia*, forma de assimilação comparativa ou metafórica que permite descrever o todo ou as partes do objeto, colocando-as em relação com outros objetos.

Adam distingue ainda dois modos de descrever, o *descrever perceptual*, no qual o descritor tem acesso ao objeto através dos sentidos, pode ver, tocar, saborear o objeto que descreve, e o *descrever epistêmico*, que evidencia o estado de saber do descritor, que demonstra ter conhecimento prévio sobre o objeto a ser textualizado. Entendemos que a descrição presente nas narrativas de viajantes sobre o Brasil combina esses dois

modos de descrição, na medida em que o narrador apoia a caracterização que faz do espaço físico e humano dos lugares que visita a partir do que verifica empiricamente, numa “orgia dos sentidos” (BICALHO, 2003, p. 32), e também do conhecimento prévio sobre o Novo Mundo que ele adquire através das descrições de viajantes que lá estiveram anteriormente, a partir, então, da ativação da memória que essa sorte de descrições vai construindo.

2.2. O nível das ações

A descrição do nível das ações é bastante sumária: sendo o nível relativo aos personagens, estes devem ser sempre definidos pelas suas participações em uma esfera de ações, esferas que são pouco numerosas, tangíveis, que se oferecem a uma classificação de ordem empírica. A palavra *ação*, aqui, deve ser entendida no sentido de uma grande articulação da *práxis*¹⁵.

Deve-se observar, ainda, se a ação é definida em uma instância mais pessoal (a do *eu/tu*) ou mais apessoal (a do *ele*), pois são essas categorias gramaticais de pessoa que informam da constituição do nível acional. Mas, do mesmo modo como o observado na passagem do nível funcional para o nível das ações, essas instâncias pronominais só podem ser definidas em face de um nível mais elevado, à instância do discurso, integrados, logo, ao nível da narração, cuja descrição faremos agora, completando, assim, a pirâmide de níveis que alicerçam a análise narrativa.

As marcas de pessoa são importantes para a análise de constituição de autoria, já que são os indicadores mais diretos da adesão/distanciamento do sujeito em relação ao seu discurso e demonstram também quais as relações estabelecidas com outros sujeitos mencionados, indicando as relações de poder e as valorações, quando aliada ao nível das funções com a presença das catálises, índices e informantes.

¹⁵ Barthes (2008, p. 46) dá exemplos como “lutar”, “comunicar”, “desejar”, “buscar”, etc.

2.3. O nível da narração

O terceiro nível da descrição narrativa é caracterizado por uma grande função de troca, constituída pelos seguintes pólos: o doador e o beneficiário da narrativa. Aqui, o analista deve proceder à descrição dos códigos através dos quais o narrador e o leitor são significados ao longo da narrativa. Mas quem é o doador da narrativa? Como o leitor aparece nessa mediação? Quais os códigos próprios de cada uma dessas duas instâncias?

No tocante ao doador da narrativa, Barthes faz o inventário de três possibilidades: na primeira, a narrativa é emitida por uma pessoa, um autor que nada mais é que um indivíduo perfeitamente identificado que toma a pena para escrever, de modo que a narração nada mais é do que a expressão de um eu que lhe é exterior¹⁶; na segunda, o narrador seria uma consciência total, impessoal, emitindo a história de um ponto de vista superior; na terceira, o narrador deve limitar sua narrativa aos que podem observar ou saber dos personagens, como se cada um dos personagens pudesse ser, em algum momento, e de certo modo, o emissor da narrativa. Após inventariar essas três vias, Barthes assevera sobre a atenção que o analista deve ter ao nunca perder de vista o fato de que tanto personagens quanto o narrador são seres constituídos no papel, são “seres de papel” (BARTHES, 2006). Diz assim:

[...] o autor (material) de uma narrativa não se pode confundir em nada com o narrador desta narrativa; os signos do narrador são imanentes à narrativa e, por conseguinte, perfeitamente acessíveis a uma análise semiológica; mas para decidir que o próprio autor (que se mostre, se esconda ou se apague) disponha de “signos” com os quais salpicaria sua obra, é necessário supor entre a “pessoa” e sua linguagem uma relação signalética que faz do autor um sujeito pleno e da narrativa a expressão universal dessa plenitude: a isto uma análise estrutural não pode resolver a si mesma: quem fala (na narrativa) não é quem escreve (na vida) e *quem escreve não é quem é* (BARTHES, 2006, p. 50, grifo do autor).

O nível narracional deve ser ocupado, desse modo, pelos signos da narratividade, pelo conjunto de operadores que, através da ação discursiva, reintegram, enfim, funções e ações na comunicação narrativa, articulada sobre o doador e o destinatário da narrativa. Que formas do discurso são essas? Classificação dos modos de intervenção ao autor (marcadores epistêmicos), codificação dos começos e fins de narrativas, definição dos diferentes estilos de representação (discurso direto e indireto),

¹⁶ Sobre a concepção de autor e a conseqüente ascensão do leitor para Roland Barthes, ver o Capítulo Primeiro dessa dissertação em andamento.

manifestação de pontos de vista, etc. O que deve ficar sempre claro é que o nível de narração não congrega elementos que transmitem a narração, uma vez que ela sempre está situada na esfera da significação que é partilhada entre o doador e o destinatário; os signos da escritura tão somente “mostram” a narrativa.

3. As seqüências discursivas de referência: o domínio da memória

Ao sistematizar uma análise do discurso político, Jean-Jacques Courtine (1981) propõe a noção de *memória discursiva*, que já havia sido sugerida em Foucault (2009a), quando da afirmação de que toda formulação possui, em domínios associados a ela, outras formulações, que repete, refuta, transforma, nega etc., produzindo, desse modo, efeitos de memória específicos; mas toda formulação também mantém, com as outras formulações com as quais coexiste ou que lhe sucedem, relações cuja análise reclama necessariamente a questão da pluralidade dos tempos históricos, formando uma espécie de “centro nervoso” da utilização do conceito de formação discursiva.

Courtine assinala a diferença entre as percepções do tempo para homem comum e para o historiador, o analista. Se, para o primeiro, o acontecimento discursivo se inscreve num tempo curto, na medida dos indivíduos, da vida cotidiana, das rápidas tomadas de consciência, para o historiador tal acontecimento pode se tornar testemunho dos movimentos profundos, sendo associado a um tempo muito superior ao de sua duração, é extensível, unindo-se a uma cadeia de acontecimentos aparentemente impossível de ser desfeita, tão forte é a conexão entre eles.

A noção de memória discursiva concerne à existência histórica do enunciado no seio das práticas discursivas reguladas por aparatos ideológicos; Foucault (2009a) refere-se a textos religiosos, jurídicos, literários e científicos, “discursos que estão na origem de certos atos novos, de palavras que os retomam, os transformam ou falam sobre eles, discursos que indefinidamente se dizem, permanecem ditos e ainda serão ditos” (FOUCAULT, 2009, p. 37). Courtine amplia a noção, argumentando que o mesmo ocorre com os discursos políticos, uma vez que é possível verificar a existência de uma memória que remete frequentemente a perguntas familiares à prática política, tais como

o que recordamos, e como recordamos, na luta ideológica, a respeito do que convém dizer ou não, a partir de uma posição determinada, em uma conjuntura dada, ao redigir um pasquim, uma moção, uma tomada de posição? É dizer: como permite o trabalho de uma memória discursiva no seio de uma Formação Discursiva, a recordação, a repetição, a refutação, mas também o ouvido, desses elementos do saber que não são enunciados? Finalmente: por qual modo material existe uma memória discursiva? (COURTINE, 1981, p. 51-52)¹⁷.

Courtine assinala, assim, que a existência de uma Formação Discursiva como memória discursiva e que a caracterização dos efeitos de memória em discursos produzidos em uma conjuntura histórica devem se articular com todos os níveis da análise discursiva e que não se podem deixar de lado as pluralidades dos tempos históricos, já que os objetos que denominamos enunciados circulam por um tempo longo na memória, ao passo em que as formulações são realizadas no curto tempo da atualidade da enunciação. A distinção entre interdiscurso e intradiscorso aparece na medida em que se leva em consideração esse efeito particular no qual a superfície do discurso, o enunciado – entendido como a materialidade desse discurso –, negocia com os discursos que perpassam a memória.

Para a sistematização do estudo da memória, Courtine (*op. cit.*) define que é conveniente a eleição de uma sequência discursiva como ponto de referência em torno do qual o conjunto dos elementos do *corpus* serão organizados; Courtine denomina tal sequência como sequência discursiva de referencia (SDR), que irá sempre remeter a um sujeito da enunciação assim como a uma situação de enunciação recuperável com relação a um número de coordenadas espaço-temporais - geralmente recuperáveis na materialidade textual por circunstanciadores que dão conta do tempo, do espaço e de outros sujeitos a quem o discurso possa se referir.

Para o estudo da memória nas narrativas de viajantes, elegemos duas sequências discursivas que guiarão as nossas reflexões:

¹⁷ Tradução nossa. Trecho original: “¿qué recuerdan, y cómo lo recuerdan, en la lucha ideológica, respecto de lo que conviene decir y lo que no, a partir de una posición determinada, en una coyuntura dada, al redactar un pasquín, una moción, una toma de posición? Es decir: ¿cómo permite el trabajo de una memoria colectiva en el seno de una FD, el recuerdo, la repetición, la refutación, pero también el olvido, de esos elementos del saber que son los enunciados? Finalmente ¿sobre qué modo material existe una memoria discursiva?”

a) a dimensão da dominação, que se revela na figura de um estrangeiro que busca salvar a terra auspiciosa através da sua ação, como representante de uma civilização¹⁸.

b) a descrição da paisagem física e humana dos territórios descobertos/invadidos.

Ao viajar às terras do Novo Mundo, o europeu levava em sua bagagem, além de toda a Europa materializada em ideal civilizatório, a experiência e a autoridade de autores lidos anteriormente. Tal fato aponta para a necessidade do viajante aderir a uma tradição de convenções reconhecidas sobre determinado local, sob pena de ter o seu texto invalidado caso diferisse da maioria dos testemunhos. Sugere, desse modo, a dimensão da memória que se faz a partir de processos intertextuais, inter e intradiscursivos e de consolidação de uma tradição, de modo que o recurso a essa memória estabelece, na materialidade textual, o caráter de intervenção que caracteriza a autoria como a temos compreendido até aqui.

¹⁸ Para Norbert Elias (2000), o conceito de civilização “expressa a autoconsciência do Ocidente. Poderíamos inclusive afirmar: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’. Com esse termo, a sociedade ocidental procura descrever em que constitui seu caráter especial e tudo aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras (costumes), o desenvolvimento de seu conhecimento científico ou visão de mundo, e muito mais” (ELIAS, 2000, p. 5).

Capítulo Terceiro: Dos Resultados

... não deixarei de também dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que -- para o bem contar e falar -- o saiba pior que todos fazer.

(Pero Vaz de Caminha)

Neste capítulo, apresentaremos os resultados obtidos em nossa análise, a partir do cotejo dos textos escolhidos para a composição do nosso *corpus* com o conceito de autoria que delineamos e dos procedimentos metodológicos descritos nos dois primeiros capítulos desse trabalho.

Contudo, antes de passarmos a essa exposição, gostaríamos de reconstruir a trajetória de recolha e de exploração dos documentos até aqui traçada, de modo a compor o panorama de orientações que seguimos para a realização das análises.

Nossa hipótese básica – a de que a autoria, nas narrativas de viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil no período colonial, se deixa entrever pelas relações entre texto e lugar histórico do sujeito, e que essas relações tanto revelam marcas autorais impressas em escolhas linguísticas, como também sinalizam para o trabalho do autor sobre a linguagem – foi forjada a partir do entendimento de que, nos textos em tela, a autoria se constitui por meio de sua estruturação narrativa, cujos encadeamentos são configurados, sobremaneira, pelos marcadores linguísticos que

apontam para marcas autorais no texto, agenciando uma memória diacrônica sobre o Brasil que se perfila nas narrativas.

A análise da estruturação narrativa dos textos escolhidos, ao conjugar a união de três níveis que se relacionam na organização dos elementos de forma sistemática – de modo que um elemento depende intimamente do outro para que a estrutura possa ser operativa, verificável e passível de descrição –, nos permitiu o entendimento de que as operações de avanço e retroação da narrativa empreendidas pelos sujeitos se dão em uma direção que possibilita a ascensão das seleções que o sujeito opera na memória discursiva, reveladas, sobretudo, pelas marcas de sua contingência deixadas na tessitura de sua narrativa, tessitura que chamamos desde o início desse estudo de discurso. O exemplo abaixo, retirado da *Carta*, de Pero Vaz de Caminha, ilustra este trabalho do sujeito, na construção de um fio condutor que possibilite a identificação de um sujeito que escreve¹⁹:

(1) E desta maneira dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta Vossa terra vi. E se a um pouco alonguei, Ela me perdoe. Porque o desejo que tinha de Vos tudo dizer, mo fez pôr assim pelo miúdo. (Pero Vaz de Caminha)

A memória discursiva evocada e reconfigurada por esses elementos textuais agenciados pela narrativa direciona a constituição de um autor *para*: para o texto, para o mundo, para, sobretudo, o leitor, já que o sujeito escrevente seleciona os discursos inscritos nessa memória social consagrando o seu texto a um outro inicialmente epistêmico, visando à disseminação de seu discurso em relação a terceiros. O texto é o mediatizador, é o que promove o elo das significações entre o leitor e o autor, e é nesse território de construção dos sentidos compartilhados cultural, histórica e socialmente por esses dois hemisférios textuais que podemos compreender a assunção da autoria.

Assim, a morte do autor abordada por Foucault (2009a) e, sobretudo, por Barthes (2004), entendida como o deslocamento do interesse sobre o sujeito empírico que escreve o texto em prol do estabelecimento de uma função-autor, tem validade na medida em que o leitor também deve ser entendido como uma função análoga a essa função-autor. A função-autor, portanto, instaura a função-leitor, e ambas são virtualidades que são constituídas pelas formas próprias do discurso, mas tão somente

¹⁹ Todos os trechos escolhidos virão reunidos na seção “Anexo” desta dissertação.

quando da atividade de construção dos sentidos forjados pelos discursos ou, ainda, da construção de determinados efeitos de sentido, obtidos pelo recurso à memória recortada e reconfigurada no intradiscurso, no texto.

O texto é o lugar privilegiado de instauração desses dois sujeitos análogos. Para Vincent de Gaulejac (2009) o indivíduo, seja ele autor ou leitor de uma história, é o produto dessa história, da qual ele sonha ser sujeito. A partir dessa assertiva de Gaulejac, podemos inferir que a constituição narrativa da história demanda uma formulação que autorize o sujeito a se questionar: de que história se trata? O que significa ser produto dessa história? O que fundamenta essa produção e essa reprodução? O que desperta a busca desse papel de sujeito da história? Para Gaulejac, essas questões podem ser respondidas pelo imperativo genealógico: a identificação do sujeito como sujeito da história se define em função da sua identificação territorial e de ascendência familiar e social. Sistematizar essa ordem social permite fundamentar a cultura, a história, os sistemas e as filiações, portanto, a memória e o posicionamento dos sujeitos. Os trechos abaixo demonstram como os autores operam elementos linguísticos para expressar o sentimento ligado a aspectos culturais e nacionalistas:

(2) *Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e todos nós lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação, da história evangélica; e no fim tratou da nossa vida e do achamento desta terra, referindo-se à Cruz, sob cuja obediência viemos, que veio muito a propósito, e fez muita devoção. (P.V.C.)*

(3) *[...] fizeram nascer em meu coração o desejo de ir levar a glória das armas do rei até aquelas regiões afastadas, bem como o de punir a desumanidade dos portugueses mediante a destruição daquela florescente colônia. (René Duguay-Trouin)*

(4) *Os nativos mais atrasados, no interior do país, pouca ideia fazem da religião ou de um ente superior. Conservam noção remota de um grande dilúvio e acreditam que, por essa ocasião, toda a humanidade tenha perecido, a exceção de um homem e sua irmã que, estando grávida, aos poucos povoou de novo a terra. (Johan Nieuhof)*

Como dito anteriormente, fazem parte da singularidade do autor as marcas deixadas no texto, marcas desse imperativo genealógico (GAULEJAC, 2009) impresso

nas marcas do texto, possibilitadas pelos planos da temporalidade, da nomação, da razão e, sobretudo, das ordens simbólica e social, como a soberania dos reinos conquistadores. Por meio dessas marcas, que conjugam a diligência do sujeito com a instauração do espaço de negociação dos sentidos, é possível reconhecer a autoria, estreitamente ligada ao sentimento pátrio; a autoria nas narrativas de viajantes será então compreendida nessa dinâmica, uma vez que consideramos possível identificar as marcas que revelam a presença e a atuação de um sujeito historicamente inscrito e localizado, que enuncia a partir de filiações que coadunam com determinado lugar social. Ainda em relação à memória que os sujeitos-narradores dos textos de nosso *corpus* evocam e reconfiguram, a descrição da paisagem e a dimensão da dominação se entrelaçam na descrição do espaço a ser explorado pelo dominador, que não constitui identidade, devendo, a conquista de território ser explorada e significada pelos discursos que esse sujeito-narrador traz consigo e que reelabora na singularização empreendida em seu texto. Nesse contexto, o que percebemos profundamente nas relações de poder são efeitos de sentido que se enquadram na perspectiva da dicotomia entre dominador-dominado, ambos intimamente entremeados pelo sentimento de poder – por um lado soberano, por outro o poder que a designação imprime. Destarte, podemos afirmar que a autoria das invasões se estende à autoria dos registros, vez que toda e qualquer forma de documentação imprime.

Podemos, então, sumarizar as bases sobre as quais nos assentamos para a análise da autoria nas narrativas de viajantes através do seguinte esquema:



Imagem 2 – Esquema das categorias eleitas para o estudo das narrativas de viajantes

a partir do qual se pode entender que, *a priori*, a autoria se caracteriza pela estrutura narrativa propriamente dita, pelas marcas linguísticas identificadoras de um *eu* que escreve para um *outro*, até chegarmos à autoria como manifestação interior advinda da memória do autor, agora constituído. Temos consciência de que esse modelo ainda necessita de maior aprofundamento, o que pretendemos fazer em estudos futuros. Para as presentes análises, acreditamos que essa primeira configuração dê conta do que aqui se propõe, uma vez que é possível desde já compreender que a autoria em narrativas de viajantes se constitui a partir de três etapas distintas porém fortemente interligadas:

- 1) Uma primeira etapa que traz à tona a designação que logra ao visitante a posição de sujeito-escritor com o dever do relato;
- 2) Uma segunda etapa que faz emergir na escrita desse sujeito designado marcas de sua expressão singular e decisões sobre o que escrever – o que lhe confere autoria;
- 3) A terceira e última etapa, que singulariza o autor constituído pela circunstância de designação como provedor de informações, em cujo texto se operam simultaneamente sua individuação pela escolha léxico-semântica e a tentativa da construção do porta-retrato acontecimental da viagem.

A constituição da autoria em narrativas de viajantes foi analisada, portanto, por meio de dois procedimentos, que darão conta das três categorias há pouco detalhadas:

- a) Descrição da estrutura narrativa, que além de demonstrar como os autores das narrativas organizam o fluxo da informação, operando sobre o texto, desvelam também marcas linguísticas que sinalizem para os indicativos²⁰ de autoria;
- b) Construção da memória diacrônica sobre os espaços físicos e humanos visitados, resultados da eleição das sequências discursivas de referência já mencionadas no capítulo anterior, quais sejam: memória discursiva do lugar e o aspecto da dominação, que, embora não constitua memória, elege o autor

²⁰ Ao nos referirmos a *indício* ou *indicações*, não se trata de uma necessária filiação ao paradigma indiciário, sistematizado por Carlo Ginzburg no texto *Mitos, emblemas e sinais*, de 1986, tão constantemente evocado nos estudos sobre autoria realizados no Brasil (cf. Capítulo Primeiro). *Indício*, nesse trabalho, será tomado como sinônimo de *marca*.

da construção histórica, construção histórica esta que corresponderá à memória coletiva.

Esses procedimentos foram compreendidos simultânea e paulatinamente durante as nossas análises. Vale ressaltar desde já que o conceito de autoria circunstancial (delineado na seção 4 do Capítulo Primeiro dessa dissertação, de suma importância para nossas conclusões) é entendido, *grosso modo*, e em nosso estudo, como a figuração de um autor que atende ao desígnio superior, autor mediato, e se torna, circunstancialmente, autor de um texto de um terceiro, autor colateral, texto este que, malgrado sua autoria, não é escrito para si e jamais lhe pertencerá. Veremos, a seguir, dentro da perspectiva da construção identitária do autor como singularização e trabalho de constituição de um projeto de dizer, de que forma e sob que auspícios, o autor circunstancial se singulariza.

A discussão feita nos resultados diz respeito, sobretudo, às impressões que as representações deixadas pelos autores em situação promovem diante do desígnio e da emergência da identidade autoral nas marcas textuais que levam à riqueza e à pluralidade das interpretações. Para Maia-Vasconcelos (2010), a interpretação é sempre um risco, por ser a manifestação do pesquisador frente ao objeto de estudos, concernente a sua própria ideologia como pessoa agente diante da pesquisa. Daí por que tratamos aqui de relações de sentido, não de interpretações. Isso corresponde às relações defendidas por Ricoeur (2007) entre estrutura, conjuntura e acontecimento, elementos considerados por historiadores como a fronteira entre memória coletiva e história. Para Ricoeur a história oferece esquemas de mediação entre a memória individual e a memória coletiva que pontuam especificamente as temporalidades sociais observáveis. Ao mesmo tempo, Ricoeur considera não existir um plano intermediário, concreto, entre a memória viva das pessoas e a memória pública das coletividades, o que consagra a autoria como a categoria que promove o irremediável entrelaçamento dessas duas dimensões.

1. Da *Carta às Memórias*: viagens no tempo

“Espírito observador, ingenuidade e uma transparente ideologia mercantilista batizada pelo zelo missionário de uma cristandade ainda medieval: eis os caracteres que saltam à primeira leitura da *Carta [a El Rei D. Manuel, de Pero Vaz de Caminha]*, e dão sua medida como documento histórico”, observa Alfredo Bosi (1994, p. 19) sobre o documento que foi consagrado como a “certidão de nascimento” do Brasil.

Embora as observações de Alfredo Bosi sejam de grande relevância para a compreensão de alguns aspectos da *Carta*, sobretudo os ligados à vinculação de ideologias que verificamos na escrita do autor, a análise que propomos aqui pretende mais do que fazer uma interrelação entre as feições do mundo em 1500 que seriam suposta e diretamente materializadas no texto. O movimento que pretendemos executar tem algo de mais sutil: queremos apreender a relação entre texto e lugar histórico do sujeito a partir dos indícios que ele imprime em sua escritura, denunciando, assim, as suas escolhas linguísticas, o seu trabalho sobre a linguagem, em face das posições historicamente dadas em uma situação linguística institucionalizada – escrita designada e comprometida com os interesses de uma instituição, aqui em especial o Estado, como fica ilustrado pelos escritos, “As Armas”.

Pouco se sabe sobre a vida de Pero Vaz de Caminha. De acordo com algumas obras da literatura mundial, ele era filho de Vasco Fernandes de Caminha, cavaleiro do duque de Bragança e que possivelmente nasceu na cidade do Porto. Em 1476 substituiu seu pai na função de mestre da balança da Casa da Moeda, dedicando-se logo em seguida ao comércio. Sua habilidade escrita faz com que seja designado escrivão da feitoria de Calicute, na Índia, de onde segue com Cabral, em 1500, a caminho do Brasil. Nessa viagem escreve a carta de nascimento do Brasil ao rei Dom Manuel, datada de 1º de maio de 1500. Essa carta, considerada o mais importante documento relativo ao descobrimento do Brasil, ficou guardada nos arquivos da Torre do Tombo por mais de três séculos, sendo divulgada pela primeira vez em 1817, no livro *Corografia Brasileira*, escrito pelo padre Aires do Casal. Ainda em 1500, Caminha segue com Cabral para a Índia e morre, no dia 15 de dezembro de 1500, durante um assalto dos mouros à feitoria de Calicute.

Tomemos então o trecho inicial da Carta:

(5) *Senhor, posto que o Capitão-mor desta Vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a notícia do achamento desta Vossa terra nova, que se agora nesta navegação achou, não deixarei de também dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que – para o bem contar e falar – o saiba pior que todos fazer! (P.V.C.)*

Desde as primeiras palavras, já percebemos as intenções do escrivão em ressaltar a grande distância que resguarda entre sua pessoa e a pessoa de seu designador. Ao ser enviado pelo então Rei Dom Manuel a cumprir viagem acompanhando Pedro Álvares Cabral, o escrivão tinha o dever aqui transmitido como honra de encaminhar ao Rei sua versão de relato acerca do achamento da nova terra. Fica evidente o caráter ostensivo da figura do designador nos marcadores discursivos que aqui denominaremos elementos de interação com o designador. Esse momento não só é a expressão da submissão, mas uma marca de autoria, pela alegativa de baixa qualidade da escrita.

Desde a introdução da Carta, o autor já constituído como deliberado e imbuído em seu papel traz à cena a postura submissa daquele que escreve e o empoderamento do designador. O empoderamento também é marcado pelos pronomes adjetivos *Vossa* – indicação da manutenção da relação de submissão, ao mesmo tempo representacionais de posse em *Vossa terra*, *Vossa frota*.

Paralelamente, a figura do escrivão, aqui considerado autor, vem à tona como pessoa dotada de possibilidade de prestar informações que serão de cunho valoroso, uma vez que revelará o que neste estudo estamos denominando como autoria circunstancial, a escrita como possibilidade de domínio da visualização do espaço, reversamente ao domínio do designador, que circunscreve o sujeito que relata na posição de sujeito singular e o empodera diante de um texto, única referência possível ao designador. Nesse sentido, as pressões do texto-discurso são reveladoras do jogo entre a liberdade e a coerção, entre o geral e o particular, entre a dispersão e a ordem, entre o eu e o outro (BARROS, 2003) que o autor precisa vivenciar para singularizar-se.

É sabido que as frotas, bem como os soldados enviados ao Brasil, eram sujeitos subalternos ao poder real e por esta razão também sujeitos aos riscos prementes da missão. O antagonismo se fortalece nas relações de poder que se estabelecem, por um lado, pela força verbal do designador e, por outro, pela força verbo-escrita do sujeito que relata em relação de submissão ao Rei, mas em situação de empoderamento pela prática da experiência na vivência do território visitado. Não se pode afirmar que os designados tivessem uma consciência de sua transformação de soldados/componentes da armada exploradora em autores, mas é patente, nos textos, a consciência do autor sobre a existência de um leitor futuro.

Consciência que podemos verificar também nas narrativas de Johan Nieuhof e René Duguay-Trouin. No entanto, antes de passarmos a discorrer sobre esse aspecto, para integrar as análises feitas dos textos desses autores com o exame da *Carta*, faremos uma contextualização do momento histórico no qual esses dois narradores produziram seus textos.

Johan Nieuhof era agente da Companhia das Índias Orientais²¹, tendo, como funcionário desta, percorrido o nordeste brasileiro, a atual Indonésia, o Ceilão e a China, narrando suas viagens com especial relevo à passagem pelo Brasil, em um texto que se tornou célebre²² (FRANÇA; RAMINELLI, 2009). Muito embora *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil* tenha sido escrito em 1649, foi publicado apenas em 1681, nove anos após a morte de Nieuhof. A organização dos originais, feita por Hendrik Nieuhof, seu irmão, incluiu, além do texto relativo às viagens, notas sobre alguns momentos que precederam a publicação, das quais queremos destacar a seguinte:

²¹ “A companhia neerlandesa foi criada em 1602 sob a proteção do príncipe Maurício de Nassau para coordenar as atividades das companhias que concorriam no comércio nas Índias Orientais e para agir como um braço do Estado holandês em sua luta contra a Espanha. Em 1799, foi liquidada e seus débitos, posses e responsabilidades foram assumidos pelo governo holandês. Seu monopólio se estendia desde o cabo da Boa Esperança até ao estreito de Magalhães. A influência e a atividade holandesa se expandiram por todo o arquipélago malaio, China, Japão, Índia, Pérsia e pelo cabo da Boa Esperança”. (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_das_%C3%8Dndias_Orientais. Acesso em: 03 dez 2010)

²² Título original do relato: *Gedenkwaerdige Brasiliaense Zee-en Lant-Reize. Behelzende Al het geen op dezelve is voorgevallen. Beneffens Een bondige befchrijving van gantfch Neerlants Brasil, Zoo van lantfchappen, fieden, dieren, gewaffen, als draghten, zeden en godsdienft des inwoonders: En in zonderheit Een wijtloopig verhael der merkwaardigfte voorvallen en gefchiedeniffen, die zich geduurende zijn negenjarigh verblijf in Brafil, in d'oorlogen en opflant der Portugefer tegen d'onzen, zich federt het jaer 1640 tot 1649.* (FRANÇA; RAMINELLI, 2009).

“[...] estando em Amsterdã, chegou o Conde Maurício de Nassau, em seu navio, para ir até à Zelândia e depois à Cléves. Tendo sabido de minha chegada, mandou-me chamar e tive com ele uma longa conferência acerca do Estado do Brasil e das Índias Orientais e mostrei-lhe tudo quanto tinha projetado em escrito e desenho. Além disso era desejo seu que eu, no dia seguinte, fosse jantar em casa do Sr. Guilherme Piso²³, pois que várias pessoas de destaque (governadores) como também altas personagens que estavam em sua companhia igualmente haviam sido convidadas. Depois do banquete, quando o Conde se dispunha a partir, despedi-me dele” (NIEUHOF, 1981, p. 392).

Não se pode afirmar que Maurício de Nassau tenha interferido pessoalmente no texto, mas a submissão dos originais à apreciação do governante holandês deixa patente o caráter de designação a que Nieuhof estava submetido. As constantes referências à Companhia das Índias Orientais e ao desenvolvimento que a estadia holandesa teria promovido no Nordeste brasileiro também reforçam esse caráter, como no seguinte trecho, em que Nieuhof mostra a magnificência da diligência holandesa sobre a infraestrutura instalada em Pernambuco:

(6) *Quando a Ilha de Antonio Vaz foi ligada ao continente por uma ponte, viu-se a necessidade de ligá-la também ao Recife a fim de facilitar o transporte do açúcar que, até então, só podia ser para ali encaminhado na maré vazante, a menos que os comerciantes quisessem correr os riscos do transporte marítimo, em pequenas embarcações. E assim foi que o Grande Conselho, com a aprovação do Governador, Conde Maurício, autorizou certo arquiteto a construir a ponte, sobre arcos de pedra, pela soma de 25.000 florins. (J.N.)*

A autoria, aqui, e em um primeiro momento, diz respeito então à caracterização de certo modo de ser do discurso agenciado, destinado a comunicar e exaltar os resultados da investida, na medida em que esses narradores tornam-se outros para si mesmos, apresentando-se como “olhos e ouvidos” daqueles que os designaram para as expedições. A natureza descritiva que verificamos em toda a narrativa demonstra a dimensão dessa consciência da designação, uma vez que Nieuhof estabelece, ao longo do texto, uma fissura ao não identificar um Brasil anterior à colonização holandesa, ou,

²³ Participou como médico de uma expedição nos anos 1637 -1644 para o Brasil, com patrocínio do conde Maurício de Nassau.

pelo menos, ao não identificar uma nação como digna de ser nomeada como tal quando se trata do Brasil português.

No tocante à contextualização das *Memórias do Senhor René Duguay-Trouin*, escritas pelo corsário francês René Duguay-Trouin – idealizador de uma expedição que, a 12 de setembro de 1711, invadiu a Baía de Guanabara e, em menos de uma semana assenhorou-se da cidade do Rio de Janeiro e de suas fortalezas²⁴ –, é preciso levar em consideração o fato de que o corso era uma espécie de pirataria oficial, levada a cabo a partir de uma carta de marca, um documento emitido pelo governo de um país que autorizava determinado indivíduo a atacar navios e povoados de nações inimigas. Esse documento convertia o proprietário da carta em membro da marinha daquele país, autorizando-o a ultrapassar as fronteiras das nações inimigas, para ali buscar, tomar ou destruir barcos e frotas, além de tomar posse das provisões e tesouros.

Duguay-Trouin foi então incumbido de comandar uma esquadra para invadir o Rio de Janeiro, depois do fracasso de idêntica tentativa, empreendida por Jean-François Duclerc, em março do mesmo ano de 1711, que terminou com o assassinato de Duclerc. Duguay-Trouin inicia a sua narrativa sobre a invasão ao Rio de Janeiro mencionando tal fato, bem como as torturas a que os homens da armada de Duclerc foram submetidos. Assim narra o francês:

(7) *Todas essas circunstâncias, aliadas à expectativa de um butim imenso, e sobretudo à honra que se poderia alcançar com um empreendimento tão difícil, fizeram nascer em meu coração o desejo de ir levar a glória das armas do rei até aquelas regiões afastadas, bem como o de punir a desumanidade dos portugueses mediante a destruição daquela florescente colônia. (R.D-T.)*

Segue-se, então, uma narrativa que descreve minuciosamente os preparativos e as ações deflagradas com o objetivo de tomar as riquezas brasileiras. Assinalamos, desde já, o aspecto da salvação que reveste a intenção exploradora, especialmente na

²⁴ França e Raminelli (2009, p. 111) afirmam que “os invasores permaneceram até o dia 13 de novembro, quando partiram levando nos porões de suas naus um polpudo resgate arrancado aos cariocas”.

remissão ao colonizador português, identificado sempre como fonte de indolência, corrupção e indignidade, aviltando uma terra considerada auspiciosa.

Contrariamente ao que se poderia imaginar à primeira vista, não há, nos textos dos séculos XVII e XVIII – respectivamente, a *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil* e as *Memórias do Senhor Duguay-Trouin* – aquilo que Gaulejac (2009) chamou de herança histórica de relatos de viagem, uma vez que a *Carta de Caminha*, só veio à luz em 1773. Porém é possível apreender, nos textos de Nieuhof e Duguay-Trouin, reincidências de trajetórias, mesmo sem admitirmos o conhecimento prévio da *Carta de Caminha* pelos dois outros autores.

Podemos imaginar, desse modo, que o desígnio do domínio, revelado no reconhecimento do outro no discurso (BAKHTIN, 2007), sendo esse outro o hemisfério no qual se localiza o sujeito que designa, vem a reboque dos desejos do relator que, ao mesmo tempo, se põe em xeque pela escrita e pela simbologia do seu papel.

As marcas de submissão expostas em passagens como “*assim como eu melhor puder, ainda que – para o bem contar e falar – o saiba pior que todos fazer*” [Trecho 5, página 66 desta dissertação] demonstram indícios de esforço em agradar aquele a quem se dirige o documento. Aquele que designou tem o poder, mas esse poder é, por força da circunstância, mais fortemente exercido pelo autor circunstancial. O texto é pertencente ao autor, sendo este sujeito ao desígnio ou espontâneo.

O sujeito se autoriza um poder diante da circunstância que se estabelece. Se Bourdieu (1982, p. 119) diz que “a eficácia simbólica diante das palavras só se efetiva quando aquele que a sofre reconhece aquele que a exerce como capacitado a exercê-la”, podemos compreender que a eficácia simbólica aqui construída é feita de modo diverso do considerado por Bourdieu: as palavras se tornam eficazes quando do reconhecimento, por parte dos próprios sujeitos-narradores, de si mesmos como capacitados a exercê-las. A relação de poder não é modificada, pois ainda há um sujeito que deve satisfações a um designador e o texto deve ser modulado de modo a refletir essa relação. Mas o poder de modulação é exercido pelo narrador, o projeto de dizer levado a cabo é de sua responsabilidade e é nesse nicho de liberdade relativa que o autor pode se singularizar, empreendendo o seu trabalho com esse fito.

Por essa razão, podemos dizer que a relação de poder que esse autor exerce, em passagens como as citadas acima, deixa um oxímoro latente. Se pudermos partir do senso comum de que o saber implica em poder, perceberemos que o sujeito que descreve a terra em sua narração, conhece-a antes daquele que o designou, sabe antes que o Rei sobre o lugar. O saber vem-lhe antes como uma vantagem. Numa analogia com os textos sagrados, o grande mistério da criação descrito no livro do Gênesis estaria justamente na árvore da sabedoria. Conhecidos os mistérios dessa árvore, os primeiros homens foram expulsos do Paraíso bíblico. Há um poder latente no conhecimento. Vemos como a narrativa elabora estratégias de submissão, mesmo se o narrador-escrivão, detentor desse conhecimento anterior ao conhecimento do Rei, foge à assunção desse saber como seu. É por assim dizer um olhar pelos olhos do outro. Ao Rei é dada a imagem descrita minuciosa do lugar, rica de detalhes que o autor definiu como importantes. Desse modo se forma desde o início a autoria em sua pertinência, vez que o narrador, ao eleger cenas, cenários, e mesmo suas palavras, constitui-se autor do texto em toda sua extensão. Apesar de a circunstância tê-lo tornado autor, esse autor, numa posição submissa ao Rei tem, não somente uma contrição do desígnio, uma obrigação de descrever, mas ainda a obrigação de parecer não ver o que viu. A informação tem que ser original ao Rei.

A marca da submissão, perene no texto, finda por ter uma função de ambiguidade, uma vez que os elementos da narrativa – os cenários apresentados – só chegarão ao rei por intermédio da escrituralidade.

Podemos identificar também, nos trechos até aqui apresentados e nos que apresentaremos a seguir, o que denominamos *deriva da autoria*, qual seja a atitude do sujeito-autor que atenua a sua aparição no texto, modulando a voz com o fito de bradar o empoderamento do outro. Tal aspecto vai ao encontro das implicações que o fato da designação da escrita, que deveria prestar contas a El Rei sobre o achamento da terra, sugere: o autor, aqui, por força da designação, constata, e o texto em seu nascedouro já era propriedade da realeza financiadora da expedição, a quem se deviam satisfações. O movimento realizado assemelha-se ao ato de tirar uma fotografia: o fotógrafo realiza o trabalho, mas a foto é “minha”, não “dele”. O posicionamento do autor será em função de sua relação com o objeto em criação. Em Caminha, a singularização da autoria é observada a partir de uma série de manobras que apontam sempre para a direção do texto escrito final, a saber, as mãos de El Rei.

Retomamos, então, o conceito de autoria mediata já aludido no Capítulo Primeiro. A designação da autoria é recuperada através de uma autoria mediata, posto que a escritura nasce, com efeito, das demandas que essa designação impetra, exigindo uma negociação, por parte do sujeito, entre o seu espaço de ação e as expectativas e demandas de seu leitor imediato, o Rei ou o financiador da expedição.

Podemos perceber claramente o posicionamento marcado na designação estabelecida entre Rei e viajante no trecho abaixo:

(8) O conde de Toulouse, almirante da França, não desdenhou de mostrar pela matéria um interesse muito especial. Assim, com base no relato que este príncipe e o sr. de Pontchartrain fizeram ao rei, Sua Majestade o aprovou e houve por bem confiar-me suas embarcações e suas tropas, para levar a glória francesa a um novo mundo. (R.D-T.)

Estas marcas autorais são de mesmo modo presentes em passagens de Nieuhof:

(9) Antes porém que passe a relatar o que de interessante ocorreu no Brasil desde a revolta dos portugueses bem como durante os oito anos que lá vivi, não me parece demais descrever rapidamente o país. (J. N.)

A escrita do sujeito-autor em Caminha é a produtora do retrato que é de propriedade de outrem, de propriedade de um “vós” que é ressignificado na medida em que oscila entre uma dêixis que aponta ora para uma segunda, ora para uma terceira pessoa. A primeira pessoa do plural que perpassa todo o relato é a voz da instituição, do autor que se desindividualiza, fazendo-se voz do reino português que financiava a empreitada, e também a voz da armada, que faz um balanço das dimensões e riquezas do novo território, em função da dominância e urgência do discurso mercantilista.

Podemos verificar no constante uso de verbos como *parecer* a dicotomia que caracteriza o mundo imaginado pelos medievais e o mundo empírico que se revelava, na medida em que o narrador ainda não se mostra certo do que vê, constituindo uma enunciação na qual as dimensões utópica e realista se alternam.

As constantes recategorizações dos elementos relatados são comuns, revelando estratégias de autoria na tentativa de conter a deriva das significações, uma vez que Caminha descreveu os mesmos objetos em vários momentos diferentes do texto, corrigindo ou acrescentando informações²⁵. Não é possível afirmar que interesses justificariam as diferentes formas de descrever os mesmos objetos, salvo se considerarmos o tempo de estadia como uma variável que, familiarizando o autor pouco a pouco com o ambiente, provocasse diferentes formas de olhar, sem, contudo, derivar dos costumes do narrador.

Observemos o seguinte trecho:

(10) *E depois tornou as contas a quem lhe dera. E então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir sem procurarem maneiras de encobrir suas vergonhas, as quais não eram fanadas; e as cabeleiras delas estavam bem raspadas e feitas.* (P.V.C.)

Notemos que há mostras de constrangimento no narrador, mas já não se percebe a surpresa descrita no início da Carta:

(11) *Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas.* (P.V.C.)

Na sequência acrescentada por justificativa que diferencia a primeira visão, mas sem o constrangimento da primeira descrição:

(12) *Nem fazem mais caso de encobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência.* (P.V.C.)

²⁵ Primeiramente os homens eram “pardos”, depois “pardos, maneira de avermelhados”; as moradas, antes inexistentes, passaram a ser tão compridas, cada uma, como esta nau capitania”. (FRANÇA; RAMINELLI, 2009, p. 20).

Já na segunda metade do texto, vemos não mais surpresa nem constrangimento, mas mesmo certa mostra de admiração e respeito pelos costumes locais:

(13) *Ali veríeis galantes, pintados de preto e vermelho, e quartejados, assim pelos corpos como pelas pernas, que, certo, assim pareciam bem. Também andavam entre eles quatro ou cinco mulheres, novas, que assim nuas, não pareciam mal. Entre elas andava uma, com uma coxa, do joelho até o quadril e a nádega, toda tingida daquela tinta preta; e todo o resto da sua cor natural. Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas, e com tanta inocência assim descobertas, que não havia nisso desvergonha nenhuma.*
(P.V.C.)

Podemos verificar a escolha não somente vocabular, que se mantém ao longo do texto, marcando uma categorização autoral de Caminha, mas a mudança no olhar do autor-narrador em relação ao objeto descrito. A narrativa se mostra assim como uma estratégia linguístico-discursiva para a movimentação da cena. Quando nos reportamos à movimentação, levantamos a questão da formação da intriga subjacente ao texto narrativo e que no nosso corpus foge ao movimento tradicional, por assim dizer.

O exame da estruturação narrativa da *Carta* realizado até aqui confirma a nossa hipótese de que não é possível perceber, de forma clara e necessária, a existência de um conflito nas narrativas de viajantes, uma vez que elas são, sobretudo, uma descrição narrativa na qual são levados em conta os elementos de paisagem humana e espacial dos lugares visitados. E as descrições feitas por Caminha apontam sempre para a territorialidade ilustrada pelas condutas dos índios, ora em tom avaliativo, em sinal de claro desaprovo, ora com um aceno de complacência, considerando que a insubordinação dos nativos se dá por conta de sua inocência.

O que podemos afirmar, com apoio em Ricoeur (1997), é a existência de uma **intriga ideológica**, que vai marcar os matizes das diversas narrativas de que estamos tratando. Sendo o visitante senhor e dominador das terras encontradas, a relação de soberania parece se estabelecer de forma natural, como podemos visualizar nos trechos abaixo:

(14) *Isto tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos! Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não queríamos nós entender, por que lho não haveríamos de dar! E depois tornou as contas a quem lhe dera. (P.V.C.)*

(15) *O que acima ficou dito sobre as Capitânicas do Brasil Holandês, parece suficiente. A seguir passaremos a relatar os memoráveis acontecimentos que se desenrolaram entre portugueses e holandeses, durante nossa estada naquele país. Antes disso, porém, diremos das excelentes condições que desfruta a região, bem como se sua situação religiosa. (J.N.)*

(16) *Reuni o conselho para deliberar sobre a matéria, o qual concluiu por unanimidade que, se decidíssemos eliminar aquela gente, longe de obter qualquer vantagem, perderíamos a única esperança que os restava de fazê-los contribuir, e que não havia como hesitar em aceitar aquela proposta. Também admiti que não havia alternativa. (R.D-T.)*

Há uma intriga ideológica – estabelecida no nível das descrições dos cenários – em que o autor se revela como a figura paternalista de quem tudo conhece, tudo domina, deixando bem marcado o retrato de submissão dos nativos. Junto ao desejo de controlar – sobretudo na paisagem humana – há o jogo de interesses, no ouro e na prata, na terra, mas há a ideologia, a religião, o modo de vida dos nativos que farão frente aos invasores. Nos três casos, a presença da força se estabelece como alternativa de controle da população local. Esse fator confere aos dominantes não só a autoria sobre as descrições da terra, mas a autoria da própria terra.

O esquema narrativo não é invariável, como Barthes (2004) acredita ser. A atualização de um suposto esquema narrativo em um texto específico é a expectativa de vir ou não a se estabelecer o conflito e seu posterior desfecho. As narrativas de viajantes, por sua natureza eminentemente ideológica, ideologia traduzida nos elementos de expansão de núcleos descritivos, não são narrativas com desfecho

desconhecido, apenas, mas cujo desfecho jamais será conhecido. O componente ideológico da intriga não deixa claro que haverá esse desfecho.

Na composição dessa ideologia na tessitura do texto, notamos claramente o juízo de civilização formado pelos cronistas. Na Carta, a realidade que se percebia era a de um solo propício em que a “semente que Vossa Alteza em ela deve lançar” (CAMINHA, 1963, p. 17), que podemos entender como uma empresa em prol da dilatação do império e da fé, implicando no domínio de uma ideologia político-religiosa. Há uma evidente diferenciação social, a partir das oposições que o texto põe em relevo, nas quais os indivíduos que vieram do mar diferiam dos que habitavam a terra, em vários aspectos, fosse pela indumentária, pelos ornamentos, pelas armas e ferramentas, pois “eles não tem coisa que de ferro seja, e cortam sua madeira e paus com pedras feitas de cunhas, metidas em um pau de duas talas, muito bem atadas e por tal maneira que andam fortes” (*Ibidem*, p. 29). Há forte mostra do controle religioso sobre os nativos, como vemos nos trechos abaixo, e que denotam também o pensamento do narrador, suas ideologias sempre potencialmente superiores a dos nativos.

(17) *Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fê à qual praza Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. (P.V.C.)*

(18) *Desde o primeiro dia em que entrei na cidade, tive o maior cuidado em mandar reunir os vasos sagrados, artigos de prata e ornamentos litúrgicos, e dei ordens para que fossem guardados por nossos capelãs em grandes cofres, depois de mandar punir com a morte todos os soldados e marinheiros que tivessem cometido a impiedade de profaná-los ou que fossem detidos com tais artigos em seu poder. Quando já estava prestes a deixar a cidade, entreguei esse depósito aos jesuítas, que me pareceram os*

únicos eclesiásticos do país dignos de minha confiança, e encarreguei-os de repassar tais objetos ao bispo local. (R.D-T.)

(19) *Os nativos mais atrasados, no interior do país, pouca ideia fazem da religião ou de um ente superior. Conservam noção remota de um grande dilúvio e acreditam que, por essa ocasião, toda a humanidade tenha perecido, a exceção de um homem e sua irmã que, estando grávida, aos poucos povoou de novo a terra. Os indígenas não têm ideia de Deus e, por isso, não possuem, em sua língua, palavra com que exprimi-la, a não ser Tupã, que significa alguma coisa melhor que todo o resto. (J.N.)*

A recategorização é uma manobra autoral constitutiva da noção de autoria no que diz respeito à condição ontológica de *ser autor*, uma vez que essa operação, ao constituir aportes de informação nova sobre o objeto, pode até mesmo produzir uma reinterpretação desse objeto, à luz da intervenção do sujeito que configura essa reinterpretação. A função de *recategorizar referentes* pode se somar a qualquer processo referencial. Seu objetivo é fazer evoluir uma dada entidade dentro do discurso - uma circunstância natural, previsível e esperada, para um referente em qualquer texto. A recategorização tem, segundo Ciulla e Silva (2008), funções de caráter argumentativo, que se valem do processo de recategorização para se efetivar. Algumas delas: *atualizar conhecimentos, especificar por meio de uma sequência hiperônimo/hipônimo, fornecer explicações com fins definicionais e/ou didáticos, evitar uma repetição.*

Tal operação diz respeito ao procedimento descritivo que é deflagrado a partir das extensões informativas, indiciárias e catalíticas observadas nas narrativas em análise. Como essa intenção argumentativa da descrição é contingente às condições de produção particulares ao momento da enunciação, verificamos, nas narrativas em tela, a recategorização a reboque da inscrição dos sujeitos no campo discursivo a partir do qual enunciam, quais sejam, a posição desses indivíduos como exploradores que, do ponto de vista de um sujeito advindo de uma civilização superior, tem condições de julgar o comportamento e os hábitos que lhes são estranhos. A descrição dos nativos tomando como aspecto recategorizador a questão religiosa é patente nos seguintes trechos de Caminha e Nieuhof.

(20) *Os nativos mais atrasados, no interior do país, pouca ideia fazem da religião ou de um ente superior. Conservam noção remota de um grande dilúvio e acreditam que, por essa ocasião, toda a humanidade tenha perecido, a exceção de um homem e sua irmã que, estando grávida, aos poucos povoou de novo a terra. Os indígenas não têm ideia de Deus e, por isso, não possuem, em sua língua, palavra com que exprimi-la, a não ser Tupã, que significa alguma coisa melhor que todo o resto. (J.N.)*

(21) *Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé à qual praza Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. (P.V.C.)*

Sobre as marcas da valoração impressa na descrição que os viajantes fazem dos nativos, White (2002) argumenta que a expressão da singularidade do sujeito que escreve está ligada, de modo fundamental, à avaliação de atitudes e à ativação, pelos textos, de pontos de vista positivos e negativos. Embora não seja o foco desse estudo, podemos recorrer à abordagem da valoração para analisar os significados atitudinais – que vêm a ser as avaliações positivas e negativas feitas pelo sujeito e materializadas na superfície textual – que podem ser agrupados em três grandes campos semânticos expressos na superfície textual, a saber: o Afeto, o Julgamento e a Apreciação.

As marcas da valoração nas narrativas em estudo apontam, sobremaneira, para a apreciação, que se configuram nos juízos que o narrador emite sobre a terra, os nativos, os costumes, juízos que têm seu nascedouro no lugar social e cultural de onde esses sujeitos enunciam. Tais seleções aparecem nos trechos 17, 18 e 19 [páginas 76-77] e 20 e 21 [página 78], que se constituem, fundamentalmente, em descrições pautadas por um saber perceptual, tal como entendido por Adam (2004).

A seleção dos aspectos valorativos e a busca da adesão do leitor a quem o autor sempre busca tem seu nascedouro no repertório composto pela ideologia e pelas posições que o campo oferece. Analisaremos agora como as sequências discursivas que dizem respeito à posição assumida pelo sujeito e impressa no seu projeto de dizer atualizam e configuram o discurso recorrendo à memória, empreendendo uma singularização do sujeito em face da coletivização dos discursos que ele perfila e atualiza em sua escritura.

2. As narrativas de viajantes e a autoria circunstancial

Nesta seção trataremos das relações de diferenças entre os conceitos de circunstância (MAIA-VASCONCELOS, 2010) e de condições de produção. A noção de autoria circunstancial já foi brevemente relatada no Capítulo Primeiro dessa dissertação, e pretendemos agora aprofundá-la no que concerne à autoria constituída nos textos que analisamos.

Interessa-nos aqui, também, fazer uma síntese das análises dos três textos, por suas aproximações e seus distanciamentos, induzidos pela constituição da autoria, o fio de Ariadne de nosso estudo. Discutiremos aqui se há realmente uma intencionalidade autoral na construção das narrativas de viajantes. Que elementos destacam o autor como pessoa, como indivíduo? Diferentemente dos textos históricos tradicionais, em que ocorre o rompimento do texto com o enunciador. Mais que contar a história, as narrativas nos parecem apresentar traços de subjetividade e de interpretações narrativistas reconstrutoras dos efeitos de superfície da história apresentada.

A autoria circunstancial se configura, em primeiro plano, elevando a importância do caráter episódico do relato, vez que fica claramente determinado o período de observância das cenas e dos eventos narrados. Fica aqui um questionamento: estamos diante de uma história narrada ou de uma narrativa histórica? Em linhas gerais, apenas a Carta se tornou referência em texto histórico sendo não obstante a sua importância histórica associada ao plano da literatura.

A compreensão da autoria circunstancial será formadora do nó górdio (PINEAU, 2000) do nosso estudo perspectivando estudos futuros e levando em conta o que Maia-

Vasconcelos e Cardoso (2009) encontraram em seus estudos acerca relatos de pais sobre a morte de seus filhos. As autoras perceberam que as narrativas desses pais eram nascidas do trauma que fazia emergir a escrita aparentemente espontânea em relatos minuciosamente detalhados sobre episódios vividos por seus filhos, assim concentrando a circunstância do trauma não como uma situação de produção, como defende Pêcheux, mas circunstância como promotora do nascimento de uma autoria. A explicação do quadro teórico desenvolvido pode ser visualizada no diagrama de Cardoso (2009), abaixo reproduzido:

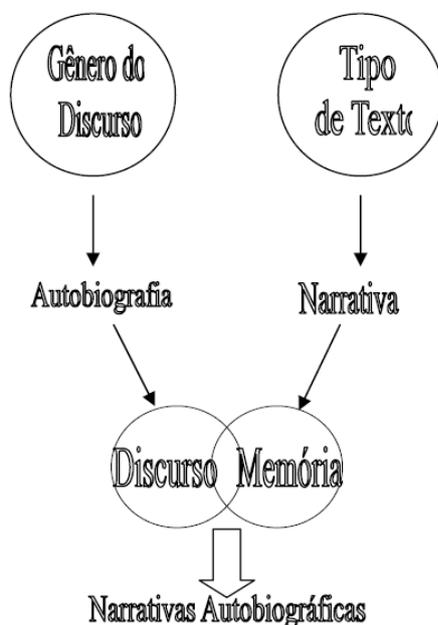


Figura 3 – Diagrama de Cardoso (2009, In: MAIA-VASCONCELOS; CARDOSO, 2009)

As adaptações que propomos para esse diagrama são conjunturais ao nosso tema de pesquisa. Onde se vê autobiografia, consideraremos aqui relato pessoal de viajantes sobre a vida de uma cidade ou país, a que chamaremos poliografia. Onde se vê narrativas autobiográficas, aqui chamaremos narrativas de viagens. Consequentemente, assim ficaria nossa adaptação:

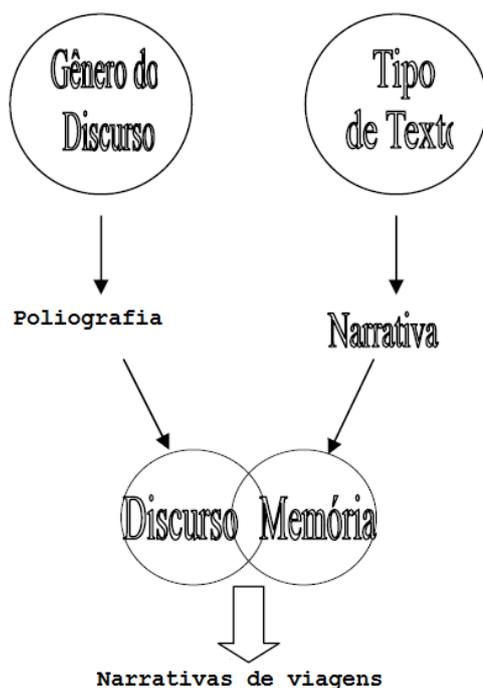


Figura 4 – Diagrama de Cardoso adaptado para o estudo de narrativas de viajantes

As autoras propõem, no mesmo estudo, que a autobiografia – aqui adaptada para polígrafia – como gênero do discurso se incorpora à tipologia narrativa como paradigma textual, mas lembram que, quando a narrativa como forma de escrita retrata a memória do autor, ela perde a estrutura fechada tipológica e assume o que Ricoeur (1997) chamou de semântica do acontecimento, interpretação mais flexível, em função da própria formação do discurso integrado à identidade assumida ou escolhida pelo autor.

A propósito das *identidades assumidas* de Ricoeur, podemos sugerir o desenvolver dos três pilares constituintes da autoria circunstancial aqui analisada. Vemos, para tanto, na presença dos três textos em estudo, uma sequência discursiva, embora não textual em seu sentido restrito, de uma tricotomia representativa dos papéis ou identidades assumidos pelos três autores ao longo dos três séculos aqui abordados:

Exploração – Culturação – Salvação

Em Pero Vaz de Caminha vemos emergir o papel do explorador – aquele que considerando a nova terra inferior, porém reconhecendo sua possibilidade de riqueza, apresenta modos de comportamento representativos do desinteresse por uma territorialização *vis-à-vis* dos povos nativos. Em outras palavras, esse explorador representado não somente na narrativa de Caminha, mas na sua própria identidade de português designado explorador, não acena, em nenhum trecho da Carta, um interesse que possa simbolizar uma atitude de alteridade em relação aos povos encontrados na nova terra.

Desse modo, a narrativa de Caminha se configura como uma carta não somente de relato dos acontecimentos, tampouco de descrição da terra encontrada, mas da assunção de seu próprio espírito, como foi dito acima, de português explorador. Esse sentimento de superioridade, exemplificado das passagens abaixo, estende a singularização do autor à coletivização da escrita e da autoria de todo o povo português invasor de terras d'além-mar.

(22) *Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas, infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! (P.V.C.)*

Tal sentimento de superioridade é, no entanto, atenuado em outros momentos da *Carta*, substituído pela expressão de um espírito salvador fruto de uma consciência que eleva a figura do explorador a um patamar de detentor dos signos da civilização, daquele a quem é possível a remissão dos pecados de um povo supostamente sem condutas ou modos de viver considerados aceitáveis. No trecho a seguir, também é possível verificar esta relação:

(23) *E concordaram em que não era necessário tomar por força homens, porque costume era dos que assim à força levavam para alguma parte dizerem que há de tudo quanto lhes perguntam; e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens desses degredados que aqui*

deixássemos do que eles dariam se os levassem por ser gente que ninguém entende. Nem eles cedo aprenderiam a falar para saberem tão bem dizer que muito melhor estoutros o não digam quando cá Vossa Alteza mandar. (P.V.C.)

Em Duguay-Trouin, a salvação (já anunciada no trecho 7, p. 75) não é possível, já que o interesse francês é traduzido fundamentalmente pela intenção exploradora, por aviltar a terra da nação inimiga, metáfora do combate expressa pelo relato da tomada de posse. O povo nativo é somente instrumento da negociação e da estratégia de dominação, em um jogo enunciativo que emoldura o modo pelo qual os habitantes do Novo Mundo – estigmatizados ainda pela condição da colonização portuguesa, no caso do texto aqui em estudo – eram considerados. Os trechos abaixo ilustram tal dinâmica:

(24) *Reuni o conselho para deliberar sobre a matéria, o qual concluiu por unanimidade que, se decidíssemos eliminar aquela gente, longe de obter qualquer vantagem, perderíamos a única esperança que os restava de fazê-los contribuir, e que não havia como hesitar em aceitar aquela proposta. Também admiti que não havia alternativa. (R.D-T.)*

(25) *Desde o primeiro dia em que entrei na cidade, tive o maior cuidado em mandar reunir os vasos sagrados, artigos de prata e ornamentos litúrgicos, e dei ordens para que fossem guardados por nossos capelãs em grandes cofres, depois de mandar punir com a morte todos os soldados e marinheiros que tivessem cometido a impiedade de profaná-los ou que fossem detidos com tais artigos em seu poder. Quando já estava prestes a deixar a cidade, entreguei esse depósito aos jesuítas, que me pareceram os únicos eclesiásticos do país dignos de minha confiança, e encarreguei-os de repassar tais objetos ao bispo local. (R.D-T.)*

Nos seguintes trechos de Johan Nieuhof identificamos a expressão dessa tricotomia, na medida em que a presença do holandês, como narrada pelas escolhas linguísticas feitas pelo viajante, é revestida e imbuída das representações que a

historicidade posteriormente consagrou sobre a presença holandesa no território brasileiro.

(26) *É tal a importância em que se tem essa ilha, que já se chegou a propor a transferência para lá, da sede do Brasil holandês. Não concordaram, porém, com esse alvitre os diretores da Companhia, alegando que a ilha ainda era, então, deserta, enquanto que no Recife já havia comércio estabelecido e bons edifícios à sua disposição. (J.N.)*

(27) *Seis das capitâneas acima citadas, conquistadas pelas armas, achavam-se sob a jurisdição da Companhia das Índias Ocidentais. Eram elas, a começar do Sul, a Capitania de Sergipe d'El-Rei, Pernambuco, Itamaracá – à qual pertence a Goiana – a de Paraíba, a de Potigi ou Rio Grande e a de Siará ou Ceará. A Companhia possuía, também, a Capitania de Maranhão, que foi, porém, abandonada, por diversas razões, no ano de 1644. (J.N.)*

Desse modo, a assunção da autoria está intimamente ligada à atitude de particularizar-se diante do discurso de outro, sendo esse outro entendido como as representações e as ideologias concernentes ao sentimento de nação que os viajantes aqui estudados atualizavam. As escolhas linguísticas estão a serviço dessa particularização, que nasce, com efeito, em face das escolhas que os sujeitos realizam, atuando em um espaço de liberdade que se conforma pelas condições de produção do discurso e da circunstância que os coage a tornarem-se autores.

À Guisa de Conclusão

... em lugar do passado, o presente, investigação em lugar de cantos conclusivos, tarefa em andamento de que se ignora o fim.

(Donaldo Schüler)

A humanidade praticou todas as direções de escrita possíveis, vertical, horizontal, da esquerda para a direita, da direita para a esquerda, etc. Apesar de todas as diferenças, a escritura se desenvolve como um fio, mais ou menos largo, mais ou menos compacto, ao que Barthes (2004) chamou fita gráfica. Essa fita expressa o status fundamental narrativo da escrita. O que é um relato? Nada mais que a sequência de um antes e de um depois, um misto inexorável de temporalidade e de causalidade. Gaulejac (2009) ainda afirma que se pode juntar a essa linguagem escrita, a linguagem oral, os gestos, as tonalidades, as mímicas, que deverão ser encadeadas às palavras para que se encontre um relato no mínimo coerente. A coloração narrativa é promotora de impressões que atravessam os séculos, fixam ideias e aproximam civilizações diferentes. É o circuito narrativo que interliga todas as histórias e nos faz perceber o extraordinário élan existente entre o primeiro homem e as mais modernas tecnologias (MAIA-VASCONCELOS, 2010).

A escrita favorece a narratividade. Não só a escrita e o léxico escolhido fazem um autor, mas também a hora e o lugar de escrever, as situações que circulam as histórias: todos esses aspectos vão definir a produção escrita do sujeito como autor. Do mesmo modo, a pontuação, muito mais que um recurso gramatical, será um recurso

estilístico e marcará a singularidade do querer-dizer desse autor. Não é a escrita que forma o discurso ou a história. Ela apenas faz a engrenagem do processo de construção dessa história.

A narrativa é uma forma de cuidado consigo mesmo. O sujeito que cria um texto, aquele *eu* quer se tornar autor, o que ele deseja é garantir a sua existência no futuro, sua perpetuação histórica. Se o sentido é sempre uma construção, tornar-se autor será uma ferramenta de construção de sentido e de singularidade.

O escrito histórico, após ser entregue a quem lhe tem direito, é jogado ao vento e torna-se propriedade de quem o quiser ler. Se, como afirma Ricoeur (1997), o texto da história rompe com o enunciador, ele se faz ao mesmo tempo um contexto de múltiplas autorias. É a contextualização e a possibilidade de recontextualização que formula a possibilidade de autoria. A espacialidade corporal e ambiental são elementos de formulação da memória, porque fazem evocar lembranças.

Com esse estudo, procuramos pontuar essas questões, ao tratar da autoria nas narrativas de viajantes a partir da admissão de um processo. Processo esse no qual se configura, ao fim e a cabo, a construção de uma memória, feita e refeita, sobretudo, da ação do sujeito, que, na sua relativa liberdade cerceada pelas condições que lhe limitam o dizer, faz recurso a discursos anteriormente produzidos, ativa os esquemas pertinentes ao seu projeto de dizer, apresentando, enfim, um processo de ressignificação, traduzido em gestos que individualizam o seu trabalho na linguagem e lhe conferem a singularidade que se mostra fundamental na concepção de um sujeito que se faz e se exerce autor.

Concluimos que, por meio de marcas deixadas no texto, que conjugam a diligência do sujeito com a instauração do espaço de negociação dos sentidos, é possível reconhecer a autoria. A autoria nas narrativas de viajantes foi compreendida na dinâmica estabelecida por essas marcas agenciadas na produção de uma narrativa, narrativa esta que resgata, evoca e reconfigura discursos presentes na memória coletiva. Se a história oferece esquemas de mediação entre a memória individual e a memória coletiva que pontuam especificamente as temporalidades sociais observáveis, não admitimos existir, baseando-nos em Ricoeur (1997), alguma dimensão concreta entre memória viva dos indivíduos e a memória coletiva. Destarte, consagramos a autoria

como a categoria que promove o irremediável entrelaçamento dessas duas dimensões, o que, nos textos selecionados para o nosso estudo, se dá a partir da movimentação da cena na narrativa, principal estratégia linguístico-discursiva posta em funcionamento nessa construção.

A consciência do empoderamento – do outro - designador, como autoridade a quem o narrador-viajante deve se reportar, e, ao mesmo tempo, do próprio narrador como detentor do conhecimento sobre a terra antes daquele que o designou – e a marca indelével da ideologia nos fazem concluir que o exercer-se autor se dá tão somente em função do objeto ali criado – o texto –, inscrito na circunstância da viagem, e inserto no conjunto das condições de produção historicamente constituídas que possibilitaram a emergência das narrativas aqui examinadas.

Certamente, muitas questões surgiram ao longo da feitura desse trabalho, mas não puderam ser respondidas dadas as exigências que as especificidades do nosso estudo trouxeram. Acreditamos, no entanto, que estudos futuros podem se ocupar de tais questões, quais sejam:

a) Como a expressão linguística da avaliação, entendida como um modo de o sujeito posicionar-se no campo discursivo, pode ser um fator relevante para o estudo da constituição da autoria?

b) As narrativas de viajantes constituiriam um gênero do discurso ou seriam um rótulo, uma espécie de “macrogênero” sob o qual são reunidos os gêneros diário de campo, cartas, relato, relatório científico, itinerário, relato de peregrinação?

c) Os ritos interacionais verificáveis nos textos em tela permitem que tratemos as narrativas de viajantes como passíveis de estudo em uma perspectiva conversacional?

d) Podemos considerar, nas narrativas de viajantes, um *ethos* que apresenta uma aparente contradição entre o auto-empoderamento pela detenção do conhecimento e a submissão a uma autoridade designadora, que, ao financiar a expedição, permite a obtenção desse conhecimento por parte do narrador?

Pensamos que a expressão da valoração, em narrativas do tipo que estudamos, revelam os posicionamentos dos sujeitos em relação ao campo discursivo compreendido, demarcando, assim, um trabalho linguístico-discursivo dos sujeitos,

configurando, desse modo, autoria. Essa tipologia de textos seria estabelecida em função do propósito comunicativo de informar sobre a viagem e os territórios encontrados, de modo que “narrativas de viajantes” seriam uma denominação categorial mais ampla. Os ritos de interação entre o sujeito-escrevente e o sujeito-leitor são passíveis de identificação mediante uma revisão da estrutura pela qual a conversação é analisada, tomando por categoria fundadora o *ethos*, que se configura nessas narrativas por um caráter de proeminente ambiguidade.

Esses são apenas contornos de respostas que delineamos e esperamos ver desenvolvidas em estudos futuros, fortalecendo o entendimento de que a análise de narrativas de viajantes pode fornecer importantes subsídios para a compreensão da linguagem como a mediação entre os agentes e os acontecimentos com a história as coletividades.

Ou – parafraseando Caminha – isto tomamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos!

Referências

ADAM, J-M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.

ALVES FILHO, F. Autoria institucional nos editoriais de jornais. **Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 77-89, 2006.

ANTONIO, I. Autoria e cultura na pós-modernidade. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 189-192, mai./ago. 1998.

ASSOLINI, F. E. P.; TFOUNI, L. V. Letramento e trabalho pedagógico. **Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa**, n. 1, fev. 2007.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BAPTISTA, L. M. T. R. **Manobras e estratégias de autoria**: a singularidade do sujeito na produção escrita em língua espanhola. 2005. 322 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

BARROS, J. de. **Intercalação, (meta)enunciação e autoria**: uma análise textual-discursiva da interposição. 2003. 312 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BARTHES, R. A morte do autor. In: BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Análise estrutural da narrativa**: pesquisas semiológicas. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BICALHO, M. F. **A cidade e o império**: o Rio de Janeiro do século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOURDIEU, P. **Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistique**. Paris: Fayard, 1982.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

CAMILO, J. **A medida da floresta**: as viagens de exploração e demarcação pelo “País das Amazonas”. 2008. 383 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CAMINHA, P. V. de. **Carta a El Rei D. Manuel**. São Paulo: Dominus, 1963.

CARVALHO, I. C. M. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 19, jul. 2003.

CAVALHEIRO, J. dos S. A concepção de autor em Bakhtin, Barthes e Foucault. **Signum**, Londrina, n. 11/2, p. 67-81, dez. 2008.

- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAREAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHARLOT, B. **Du rapport au savoir**: éléments pour une théorie. Paris: Anthropos, 1997.
- CHARTIER, R. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.
- CIULLA e SILVA, A. **Os processos de referência e suas funções no discurso**: o universo literário dos contos. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- COELHO, R. M. **A conquista do país inexistente**: os transtornos da imaginação nos relatos de viagem dos séculos XV e XVI. 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- COURTINE, J-J. Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens). In: **Langages** 64. 1ª ed. Paris: Larousse, 1981.
- DIAS, L. C. F. **Embate e debate de sentidos sobre o Brasil em antologias de ensaios**: discurso, memória e leitura. 2009. 250 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- DOSSE, F. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- DUGUAY-TROUIN, R. **Memórias do senhor Duguay-Trouin**. São Paulo: Imprensa Nacional, 2003.
- ELIAS, Norbert. **The civilizing process**: sociogenetic and psychogenetic investigations. Massachusetts: Blackwell, 2000.
- FARACO, C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. p. 37-60.
- FOREST, Philippe. **Le roman du je**. Paris: Pleins Feux, 2001.
- FORTUNATO, M. V. **Autoria sob a materialidade do discurso**. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

_____. **O que é um autor?** 7ª ed. Lisboa: Vega, 2009b.

_____. **A ordem do discurso.** 18ª ed. São Paulo: Loyola, 2009c.

_____. **As palavras e as coisas.** 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FRANÇA, J. M. C.; RAMINELLI, R. **Andanças pelo Brasil colonial:** catálogo comentado (1503-1808). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GAULEJAC, V. de. **L’histoire em héritage:** roman familial et trajctaires sociale. Paris: Desclée de Brouwer, 2009.

GAZZOLA, A. L. A. O Brasil de Marianne North: lembranças de uma viajante inglesa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.3, set./dez. 2008.

GOMES, Luiz Flávio. Espécies de autoria em direito penal. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 982, 10 mar. 2006. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/8081>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

GONÇALVES, M. de A. Artifício e excesso: narrativa de viagem e a visão sobre as mulheres em Portugal e no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, set./dez. 2005.

LIMA, C. da S. **Aspectos discursivos da constituição da autoria em resenhas acadêmicas.** 2008. 126 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MAIA-VASCONCELOS, S. **Penser l’école et la construction des savoirs:** étude menée auprès d’adolescents cancéreux au Brésil. Berlin: Editions Universitaires Européennes, 2010.

MAIA-VASCONCELOS, S.; CARDOSO, M. N. F. Novas fronteiras linguísticas: um estudo sobre o gênero autobiográfico. **Revista Eutomia**, ano II, n. 1, p. 652-644, 2009. Disponível em: <http://eutomia.com.br/volumes/Ano2-Volume1/linguistica-artigos/Novas-Fronteiras-Linguisticas-um-Estudo-sobre-o-Genero-Autobiografico_Sandra-Maia-Farias-e-Maria-Neurielli-Figueiredo.pdf>. Acesso em 2 dez. 2010.

MODERNELL, R. **Em trânsito:** um estudo sobre narrativas de viagem. 2009. 129 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

MONTEZ, L. B. (Coord). **Construções discursivas do Rio de Janeiro em relatos de viajantes europeus e imigrantes entre os séculos XVIII e XIX.** Projeto de Pesquisa. Núcleo Linguagem e Discursos da História, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/liehd/media/docs/proj_montez.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2010.

_____. Análise de construções discursivas do Rio de Janeiro em relatos de viajantes no século XIX. Uma abordagem interdisciplinar. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de História**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2008.

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. Vol 2. São Paulo: Cortez, 2001. p. 101-142.

NASCIMENTO, M. V. F. do. **Autoria e posicionamento na produção textual escrita de futuros professores de espanhol como língua estrangeira**. 2007. 195 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

NAJMANOVICH, D. O feitiço do método. In: GARCIA, R. L. (Org.). **Método, métodos, contramétodo**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 25-62.

NIEUHOF, J. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

OLIVEIRA, M. M. de. **Plágio na constituição de autoria: análise da produção acadêmica de resenhas e resumos publicados na internet**. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, E. C. de. Autoria como movimento de escuta. In: CABRAL, L. G.; GORSKI, E. (Orgs.). **Linguística e ensino: reflexões para a prática pedagógica da língua materna**. Florianópolis: Editora Insular, 1998. p. 91-109.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3ª ed. Campinas: Pontes: 2001.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997.

PFEIFFER, C. R. C. **Que autor é este?** 1995. 153 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

PINEAU, G. **Temporalités en formation: vers de nouveaux synchroniseurs**. Paris: Anthropos, 2000.

POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 353-392.

_____. Observações sobre interdiscurso. **Revista Letras**, Curitiba, n. 61, especial, p. 253-269, 2003.

_____. Índícios de autoria. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 105-124, jan./jun. 2002.

RIBEIRO, N. B. Autoria no domínio dos gêneros discursivos: paráfrase e estilo. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 6, n.1, p. 83-99, jan./abr. 2006.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2001.

SCHNEIDER, C. I. A construção da identidade brasileira através do estudo dos relatos de viagem. **Akrópolis**, v. 13, n. 1, 2005, p. 49-50.

TFOUNI, L. V. **Múltiplas faces da autoria**: análise do discurso, psicanálise, literatura, modernidade e enunciação. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

TFOUNI, L. V.; PEREIRA, A. de C. Letramento, heterogeneidade e alteridade: análise de narrativas orais produzidas por uma mulher não alfabetizada. **Alfa**, São Paulo, v. 49, n.1, p. 31-49, 2005.

TORRÃO FILHO, A. **A arquitetura da alteridade**: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845). 2008. 238 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

WHITE, P. Valoração – a linguagem da avaliação e da perspectiva. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 177-205, 2004.

ANEXO

Trechos escolhidos dos textos selecionados para a composição do corpus

I – Carta a El Rei D. Manuel, Pero Vaz de Caminha²⁶

“Senhor, posto que o Capitão-mor desta Vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a notícia do achamento desta Vossa terra nova, que se agora nesta navegação achou, não deixarei de também dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que – para o bem contar e falar – o saiba pior que todos fazer!”

“O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, aos pés da alcatifa por estrado; e bem vestido, com colar de ouro, mui grande, ao pescoço. E Sancho de Tovar, e Simão de Miranda, e Nicolau Coelho, e Aires Corrêa, e nós outros que aqui na nau com eles íamos, sentados no chão, nessa alcatifa. Acenderam-se tochas. E eles entraram. Mas nem sinal de cortesia fizeram, nem de falar ao Capitão; nem a alguém. Todavia um deles fitou o colar do Capitão, e começou a fazer acenos com a mão em direção à terra, e depois para o colar, como se quisesse dizer-nos que havia ouro na terra. E também olhou para o castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal, como se lá também houvesse prata.”

“Isto tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos! Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não queríamos nós entender, por que lho não haveríamos de dar! E depois tornou as contas a quem lhe dera. E então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir sem procurarem maneiras de encobrir suas vergonhas, as quais não eram fanadas; e as cabeleiras delas estavam bem raspadas e feitas.”

“Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e todos nós lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação, da história evangélica; e no fim tratou da nossa vida e do achamento desta terra, referindo-se à Cruz, sob cuja obediência viemos, que veio muito a propósito, e fez muita devoção.”

²⁶ Trechos retirados de mimeógrafo da seguinte edição: CAMINHA, P. V. de. **Carta a El Rei D. Manuel**. São Paulo: Dominus, 1963. Paginação indisponível.

“E concordaram em que não era necessário tomar por força homens, porque costume era dos que assim à força levavam para alguma parte dizerem que há de tudo quanto lhes perguntam; e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens desses degredados que aqui deixássemos do que eles dariam se os levassem por ser gente que ninguém entende. Nem eles cedo aprenderiam a falar para saberem tão bem dizer que muito melhor estoutros o não digam quando cá Vossa Alteza mandar.”

“Eu creio, Senhor, que não dei conta aqui a Vossa Alteza do feitio de seus arcos e setas. Os caros são pretos e compridos, e as setas compridas; e os ferros delas são canas aparadas, conforme Vossa Alteza verá algumas que creio que o Capitão a Ela há de enviar.”

“Andariam na praia, quando saímos, oito ou dez deles; e de aí a pouco começaram a vir. E parece-me que viriam este dia a praia quatrocentos ou quatrocentos e cinqüenta. Alguns deles traziam arcos e setas; e deram tudo em troca de carapuças e por qualquer coisa que lhes davam. Comiam conosco do que lhes dávamos, e alguns deles bebiam vinho, ao passo que outros o não podiam beber. Mas quer-me parecer que, se os acostumarem, o hão de beber de boa vontade!”

“Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé à qual praza Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade.”

“Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d’agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas, infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!”

“E desta maneira dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta Vossa terra vi. E se a um pouco alonguei, Ela me perdoe. Porque o desejo que tinha de Vos tudo dizer, mo fez pôr assim pelo miúdo. E pois que, Senhor, é certo que tanto neste cargo que levo como em outra qualquer coisa que de Vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim

muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da Ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro – o que d’Ela receberei em muita mercê. Beijo as mãos de Vossa Alteza.”

II - Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil, Johan Nieuhof²⁷

“Antes porém que passe a relatar o que de interessante ocorreu no Brasil desde a revolta dos portugueses bem como durante os oito anos que lá vivi, não me parece demais descrever rapidamente o país.” (p. 29)

“O Brasil foi descoberto pelo português Pedro Álvares Cabral, pouco depois de Américo Vespúcio, isto é, no ano de 1500. Foi pelo descobridor chamado de “Santa-Cruz”, nome que posteriormente os portugueses mudaram para o de Terra do Brasil, devido ao lenho assim chamado, que aí se encontra em grande abundância e que, desde então, passou a ser importado por toda a Europa, para tinturaria.” (p. 31)

“Seis das capitanias acima citadas, conquistadas pelas armas, achavam-se sob a jurisdição da Companhia das Índias Ocidentais. Eram elas, a começar do Sul, a Capitania de Sergipe d’El-Rei, Pernambuco, Itamaracá – à qual pertence a Goiana – a de Paraíba, a de Potigi ou Rio Grande e a de Siará ou Ceará. A Companhia possuía, também, a Capitania de Maranhão, que foi, porém, abandonada, por diversas razões, no ano de 1644.” (p. 33)

“Dada a sua cômoda e vantajosa situação, o Recife é a praça mais forte do Brasil. Além disso é fortificada e defendida por várias fortalezas adjacentes. Entretanto, para dar ao leitor uma impressão mais exata tanto do Recife quanto como da situação da Cidade Maurícia, é preciso que se diga que toda a costa do Brasil, de um extremo a outro, é guarnecida por uma longa e espessa franja de rochedos rasos que, nalguns pontos, chegam a ter de 10 a 20e, nalguns lugares, 30 passos de largura. Há, contudo, certas passagens nessa barreira, pelas quais os navios podem se aproximar da terra, e há mesmo alguns pontos em que ela não se encontra de todo à flor d’água.” (p. 40)

²⁷ Trechos retirados da seguinte edição: NIEUHOF, J. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

“Quando a Ilha de Antonio Vaz foi ligada ao continente por uma ponte, viu-se a necessidade de ligá-la também ao Recife a fim de facilitar o transporte do açúcar que, até então, só podia ser para ali encaminhado na maré vazante, a menos que os comerciantes quisessem correr os riscos do transporte marítimo, em pequenas embarcações. E assim foi que o Grande Conselho, com a aprovação do Governador, Conde Maurício, autorizou certo arquiteto a construir a ponte, sobre arcos de pedra, pela soma de 25.000 florins.” (p. 43)

“O peixe tem, no Brasil, importância igual à do gado, no abastecimento de nossas fazendas, em sua maioria instaladas no litoral do país. Em Pernambuco, principalmente, é tal a abundância do pescado que, durante os quatro ou cinco meses do verão, se chega a apanhar, de um só lance, dois a três mil peixes. Na estação das águas, já a pesca diminui.” (p. 73)

“O território de Pernambuco produz grande variedade de frutas. O mesmo se dá também com outros pontos do país, dos quais mais adiante nos ocuparemos.” (p. 75)

“É tal a importância em que se tem essa ilha, que já se chegou a propor a transferência para lá, da sede do Brasil holandês. Não concordaram, porém, com esse alvitre os diretores da Companhia, alegando que a ilha ainda era, então, deserta, enquanto que no Recife já havia comércio estabelecido e bons edifícios à sua disposição.” (p. 76)

“Os franceses, que se mantiveram na posse dessa Capitania até 1597, foram daí expulsos pelo comandante espanhol Feliciano Coelho de Carvalho.” (p. 86)

“Era hábito dos Tapuias fazerem uma ou duas incursões anuais, nessa Capitania, principalmente durante a seca que os privava de água fresca. Mantinha-se, assim, viva a animosidade entre portugueses e nativos. Informados os Tapuias de que os portugueses pretendiam se revoltar contra os holandeses, já tendo mesmo iniciado a insurreição em Pernambuco, invadiram Canhaú sob a direção de um de seus chefes, Jacob Rabbi, lá trucidando 36 pessoas num engenho de açúcar pertencente a Gonsalvo D’Oliveira. Daí dirigiram-se para o lugar onde os lusos haviam construído sua linha de defesa, tomaram-na de assalto e passaram o fio de espada os seus defensores. Disseram-nos que os brasileiros que haviam assim procedido em represália aos que

lhes fizera André Vidal de Serinhaém, depois de já terem sido indultados. Disso nos ocuparemos de novo mais adiante.” (p. 89)

“De acordo com o relato dos que os viram diversas vezes, os brasileiros ou moradores dessa Capitania têm estatura avantajada, traços feios, cabelos longos e tez escura, exceto entre os olhos e a boca.” (p. 90)

“O que acima ficou dito sobre as Capitanias do Brasil Holandês, parece suficiente. A seguir passaremos a relatar os memoráveis acontecimentos que se desenrolaram entre portugueses e holandeses, durante nossa estada naquele país. Antes disso, porém, diremos das excelentes condições que desfruta a região, bem como se sua situação religiosa.” (p. 94)

“Enquanto os nossos emissários parlamentavam com o Vice-Rei sobre a cessação de incêndios e pilhagens, certo português de nome Paulo da Cunha cometeu atrocidades incríveis, assassinando, saqueando e incendiando plantações, o que fez com que o Conde Maurício dirigisse a seguinte carta ao Vice-Rei.” (p. 107)

“De tudo quanto acima foi dito, ressalta claramente quão infundadas foram as insinuações dos que julgaram tais acordos prejudiciais à Companhia e os consideraram a causa principal da revolta que a seguir se verificou entre os portugueses. Ao contrário, é fora de dúvida que tais contratos representavam a única solução para um estado de coisas que se apresentava calamitoso e no qual estavam igualmente envolvidos os senhores de engenho, os lavradores e os sitiantes, acarretando a paralisação dos engenhos e o abandono dos campos.” (p. 119)

“Entretanto, parece-nos chegado o momento de analisar as verdadeiras causas da revolta.” (p. 121)

“Entretanto, antes de deixar o Brasil, desejo dar ao leitor rápida notícia dos produtos do país.” (p. 318)

“Os nativos mais atrasados, no interior do país, pouca ideia fazem da religião ou de um ente superior. Conservam noção remota de um grande dilúvio e acreditam que, por essa ocasião, toda a humanidade tenha perecido, a exceção de um homem e sua irmã que, estando grávida, aos poucos povoou de novo a terra. Os indígenas não

têm ideia de Deus e, por isso, não possuem, em sua língua, palavra com que exprimi-la, a não ser Tupã, que significa alguma coisa melhor que todo o resto.” (p. 351)

“Os aborígenes também comem carne humana. Se acontece de uma mulher abortar, eles imediatamente devoram o feto, alegando que não podem dar melhor túmulo à criança, que as entranhas de onde veio. Os tapuias levam vida nômade como a dos árabes, conquanto permaneçam sempre mais ou menos numa certa área dentro de cujos limites vão mudando de morada, conforme as diferentes estações do ano.” (p. 357)

“De resto os tapuias são piores que todos os outros brasileiros e ignoram tudo quanto se relaciona com Deus e a Religião. Também não aceitam instrução de qualquer espécie.” (p. 358)

“O que ficou dito acima sobre costumes, modos de vida, indumentária etc. dos nativos do Brasil, é o bastante. Passarei agora a descrever minha viagem de regresso à Holanda.” (p. 358)

III – Memórias do Senhor Duguay-Trouin, René Duguay-Trouin²⁸

“Todas essas circunstâncias, aliadas à expectativa de um butim imenso, e sobretudo à honra que se poderia alcançar com um empreendimento tão difícil, fizeram nascer em meu coração o desejo de ir levar a glória das armas do rei até aquelas regiões afastadas, bem como o de punir a desumanidade dos portugueses mediante a destruição daquela florescente colônia.” (p. 142-143)

“O sr. de Coulange reuniu-se comigo em Versalhes, a fim de ajustarmos os termos de um tratado em forma legal, e obter do ministro as condições minimamente necessárias ao sucesso de meu projeto. Ele teve de demonstrar uma paciência a toda prova, e uma grande destreza, para superar todas as dificuldades que se apresentaram à efetivação do empreendimento, mas, finalmente, conseguiu. O conde de Toulouse, almirante da França, não desdenhou de mostrar pela matéria um interesse muito especial. Assim, com base no relato que este príncipe e o sr. de Pontchartrain fizeram

²⁸ Trechos retirados da seguinte edição: DUGUAY-TROUIN, R. **Memórias do senhor Duguay-Trouin**. São Paulo: Imprensa Nacional, 2003.

ao rei, Sua Majestade o aprovou e houve por bem confiar-me suas embarcações e suas tropas, para levar a glória francesa a um novo mundo.” (p. 143)

“Eu recebera a notícias de que se armava na Inglaterra uma forte esquadra, a ser em breve lançada ao mar. Como não me restava a menor dúvida de que pretendiam bloquear-me dentro da barra de Brest, mudei minha intenção original, que era a de aguardar lá o resto de minha esquadra, para a de juntar-me a eles no ancoradouro de La Rochelle, pois não desejava atrasar minha saída, sequer para esperar que meus barcos ficassem inteiramente prontos.” (p. 145)

“Era evidente que o sucesso desta expedição dependia da rapidez da nossa ação, motivo por que não se poderia dar ao inimigo qualquer ocasião para recuperar-se da surpresa. Com base nesse princípio, preferi não desperdiçar tempo, enviando a bordo de todas as embarcações as instruções que cada um deveria seguir ao entrar na barra, visto que cada momento era por demais precioso.” (p. 146)

“Ficamos, como resultado desta ação, com cerca de trezentos homens fora de combate. Para que se possa julgar corretamente o mérito de nossa incursão, mostrarei a seguir qual é a situação desse porto, a que juntarei a da cidade e a de suas fortalezas.” (p. 147)

“Um indivíduo de origem normanda, chamado Bocage, que participara de guerras anteriores comandando um ou dois barcos franceses armados em corso, havia posteriormente passado para o serviço de Portugal. Naturalizara-se português e chegara a comandar vasos de guerra do referido país. No Rio de Janeiro, ele capitaneava o segundo dos que havíamos encontrado e, depois de havê-lo feito explodir, fora encarregado da guarda das fortificações dos beneditinos. Nessa tarefa ele se houve tão bem, e soube utilizar os seus canhões de modo tão eficiente, que danificou bastante as nossas barcas-de-passageiro carregadas de bombas, e avariou seriamente várias de nossas chalupas. Uma destas, que carregava quatro grandes canhões de ferro fundido, foi perfurada por dois obuses e estava a ponto de afundar, quando eu a avistei por acaso, ao voltar da ilha das Cobras, e mandei rebocar com meu escaler.” (p. 154)

“Todas essas circunstâncias, que me pareceram inacreditáveis inicialmente, mas que depois provaram ser verdadeiras, levaram-me a apressar minha marcha.

Capturei, sem encontrar resistência, mas usando de toda precaução, os redutos da Conceição e os dos beneditinos. Em seguida, colocando-me à frente dos granadeiros, penetrei na praça e me apoderei de todos os fortes e de outros postos que mereciam atenção. Ao mesmo tempo, dei ordens para que fossem expostas as minas; após o que, instalei a brigada de Courserac sobre o morro dos jesuítas, para proteger todos os seus fortes.” (p. 159)

“Não ouvi mais falar do governador, depois que aquelas pessoas se foram. Ao contrário, fiquei sabendo, por intermédio de negros desertores, que o tal Antônio de Albuquerque continuava a aproximar-se, e enviara ao governador um mensageiro para avisá-lo de que deveria reunir-se a ele a qualquer momento, trazendo um poderoso reforço. Preocupado com essa notícia, compreendi que, se desejasse mesmo vencê-los, era preciso fazer um grande esforço, antes que se juntassem.” (p. 161)

“Surpreendido, o governador enviou-me um jesuíta, homem de espírito, acompanhado de dois de seus principais auxiliares, para ponderar que ele já havia oferecido, com o propósito de resgatar a cidade, todo o ouro de que podia dispor; e que, na impossibilidade de encontrar algo mais, tudo o que ele poderia fazer era acrescentar dez mil cruzados de seu próprio bolso, quinhentas caixas de açúcar e todos os animais de que eu pudesse necessitar para a subsistência de minhas tropas.” (p. 162)

“Desde o primeiro dia em que entrei na cidade, tive o maior cuidado em mandar reunir os vasos sagrados, artigos de prata e ornamentos litúrgicos, e dei ordens para que fossem guardados por nossos capelães em grandes cofres, depois de mandar punir com a morte todos os soldados e marinheiros que tivessem cometido a impiedade de profaná-los ou que fossem detidos com tais artigos em seu poder. Quando já estava prestes a deixar a cidade, entreguei esse depósito aos jesuítas, que me pareceram os únicos eclesiásticos do país dignos de minha confiança, e encarreguei-os de repassar tais objetos ao bispo local.” (p. 164)